

GUSTAVO ALFONSO ROCHA – CAP QOPM

**ARMAS DO CRIME X ARMAS DA POLÍCIA:
PODER BÉLICO DO CRIME E SUA ATUAÇÃO ARMADA NO
PARANÁ DE 2004 A 2005**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Planejamento e Controle em Segurança Pública.

Orientador Metodológico
Professor Márcio Sergio B.S. de Oliveira

Orientador de Conteúdo
Major QOPM Péricles de Matos.

**CURITIBA
2005**

*A DEUS, que por seu amor sem medida,
tem-me guiado em todos os anos da
minha vida, na pessoa de SEU filho
JESUS CRISTO.*

*“Ao término desta longa jornada, meu
mais sincero agradecimento a ti que me
confiaste a vida. Através de minha fé, de
minhas orações e do meu amor, quero
dizer-te muito obrigado por tudo aquilo
que fui, que sou e ainda serei”.*

*Dedico esta obra “À memória” de meu pai
Márcio Rocha, pelo exemplo de amor,
dedicação e honradez que me legou.*

*À minha esposa Maristela que me
entendeu e perdoou e mostrou que o
Criador jamais nos abandonará.*

*Aos meus filhos Gustavo Alfonso e Estela Maris,
reservas de minhas energias e do meu
entusiasmo a quem sempre meus pensamentos
estão voltados, e que dividem comigo o amor e
vibração do meu dia-a-dia, tesouros
inigualáveis que Deus me deu.*

*À minha FAMÍLIA, que me concedeu a alegria
de tê-los por perto em todos os momentos
de minha vida.*

*Aos AMIGOS acumulados nos últimos 20 anos,
dentro de nossa Instituição.*

*Ao meu ORIENTADOR, personalizando
todos aqueles que me ajudaram na
elaboração desta obra.*

*À Polícia Militar do Estado do Paraná, pela
oportunidade e honra de poder servi-la, do qual
me orgulho e ao qual respeito, por integrá-la,
fazendo parte de minha vida.*

*Aos meus superiores, pares, subordinados e
amigos, que, com mostra de integridade e
reverência, deram-me sábias lições de vida.*

*“DEUS, dê-me serenidade para aceitar as coisas
que não posso mudar, coragem para mudar
aquelas que posso e sabedoria para saber
diferenciar umas das outras”.*

(Prece da Serenidade)

*“Ainda que eu tivesse o dom de profecia, e
conhecesse todos os mistérios e toda a ciência,
e ainda que eu tivesse toda a fé, de maneira tal
que transportasse os montes, e não tivesse
amor, nada seria”.*

(I Cor. 13:2)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
RESUMO	11
1 INTRODUÇÃO	12
2 O HOMEM E AS ARMAS	15
2.1 HISTÓRICO	15
2.2 ARMAS E VIOLÊNCIA	16
2.3 ARMAS E A LEGÍTIMA DEFESA	17
3 USO DE FORÇA E A SIMBOLOGIA DA ARMA DE FOGO	19
3.1 SIMBOLOGIA	21
4 O IMPACTO DAS ARMAS NA SOCIEDADE	23
4.1 NO MUNDO	23
4.2 NO BRASIL	23
4.3 A QUESTÃO DO DESARMAMENTO	24
5 ARMAS DE FOGO DO CRIME	25
5.1 ARMAS MAIS ENCONTRADAS COM OS MARGINAIS	28
5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ARMAS NOS CRIMES	30
5.3 ESTOQUE DE ARMAS DE FOGO	32
5.4 ABASTECIMENTO DO MERCADO CRIMINAL DE ARMAS	33
5.5 ARMAS CONTRABANDEADAS DIRETAMENTE PARA O CRIME	35
5.6 OS VALORES DAS ARMAS DO CRIME	37
5.7 TRÁFICO DE ARMAS	42
5.8 O TRÁFICO DE ARMAS NO PARANÁ	44
6 ARMAS DA POLÍCIA	46
6.1 ESTUDO SOBRE A LETALIDADE COM POLICIAIS NAS AGRESSÕES COM ARMA DE FOGO PELA CRIMINALIDADE	46
7 DOTAÇÃO DO ARMAMENTO NA PMPR	51
8 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	56
8.1 CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (CPC)	56
8.2 INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ (CPI)	60
9 CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	66

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – REVÓLVER TAURUS & ROSSI CAL. 38 SPL.....	28
FIGURA 2 – PISTOLAS BERETTA E IMBEL 9 MM LUGER.....	29
FIGURA 3 – FUZIL AK-47, HK G3 E FAL IMBEL 7.62 mm NATO.....	29
FIGURA 4 – SUBMETRALHADORA BERETTA E UZI 9 mm LUGER.....	29
FIGURA 5 – FUZIL STEYR 5.56 mm	30

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – O TIPO DAS ARMAS CONTRABANDEADAS DIRETAMENTE PELO CRIME	36
GRÁFICO 2 – TOTAL DE POLICIAIS MORTOS NO BRASIL – PERÍODO DE JANEIRO A JULHO	47
GRÁFICO 3 – QUANTO À ARMA PRIMÁRIA USADA PELO POLICIAL – PM MORTO	48
GRÁFICO 4 – QUANTO À PARTICIPAÇÃO EM INSTRUÇÃO PROGRAMADA – PM MORTO	48
GRÁFICO 5 – QUANTO À ARMA UTILIZADA PELO PM FERIDO	49
GRÁFICO 6 – QUANTO À ARMA PRINCIPAL USADA PELO PM FERIDO	49
GRÁFICO 7 – QUANTO À ARMA SECUNDÁRIA UTILIZADA PELO PM FERIDO	50
GRÁFICO 8 – ARMAMENTO UTILIZADO PELA PMPR	53
GRÁFICO 9 – TOTAL DE ARMAS APREENDIDAS PELA CIA P CHOQ – CURITIBA E RM	58
GRÁFICO 10 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ARMAS APREENDIDAS NO 17º BPM – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- PERÍODO DE 2004/2005	58
GRÁFICO 11 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ARMAS APREENDIDAS NO 12º BPM – REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA- 2004 E 2005	59
GRÁFICO 12 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ARMAS APREENDIDAS NO 13º BPM – CURITIBA- 2004 E 2005	59
GRÁFICO 13 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ARMAS APREENDIDAS NO RPMON – CURITIBA- 2004 E 2005	59
GRÁFICO 14 – ARMAS APREENDIDAS NO 7º BPM – CRUZEIRO DO OESTE – 2004 E 2005	60
GRÁFICO 15 – ARMAS APREENDIDAS NO 2º CIPM – UNIÃO DA VITÓRIA – 2005	61
GRÁFICO 16 – ARMAS APREENDIDAS NO 15º BPM – ROLÂNDIA – 2004 E 2005	61
GRÁFICO 17 – ARMAS APREENDIDAS NO 3º BPM – PATO BRANCO – 2004 E 2005	62
GRÁFICO 18 – ARMAS APREENDIDAS NO 9º BPM – PARANAGUÁ –2005	62
GRÁFICO 19 – ARMAS APREENDIDAS NO 14º BPM – FOZ DO IGUAÇU– 2004 E 2005	63
GRÁFICO 20 – ARMAS APREENDIDAS NO BPRv – 2004 E 2005	63

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ARMAS APREENDIDAS, POR ORIGEM E POR TIPO DE CRIME...	30
TABELA 2 – ARMAS CONTRABANDEADAS DIRETAMENTE PELO CRIME.....	36
TABELA 3 – PREÇOS E FORÇAS QUE USAM ESSAS ARMAS	38
TABELA 4 – PODER DE PARADA DOS CALIBRES MAIS UTILIZADOS	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPM	- Batalhão de Polícia Militar
Cia P Chq.	- Companhia de Polícia de Choque
CBC	- Companhia Brasileira de Cartuchos
CPC	- Comando do Policiamento da Capital
CPI	- Comando do Policiamento do Interior
DAL	- Diretoria de Apoio Logístico
EM	- Estado-Maior
IMBEL	- Indústria de Material Bélico do Brasil
Mm	- Milímetro
Mtr.	- Metralhadora
NRA	- <i>National Rifle Association</i>
OPM	- Organização Policial Militar
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
RPMon	- Regimento de Polícia Montada
Rv	- Revólver
S&W	- Smith Wesson
SPL	- <i>Special</i>
SINARM	- Sistema Nacional de Armas

RESUMO

Este estudo possui como objetivos caracterizar as armas utilizadas no crime no Estado do Paraná e identificar o poderio bélico da força criminal utilizadas nos diversos delitos perpetrados pela criminalidade neste Estado. O estudo representa importante avanço no conhecimento e no desenvolvimento de estatísticas na Polícia Militar do Paraná. Baseado num grande número de ocorrências envolvendo armas apreendidas pela força policial, num período compreendido de 2004 e 2005, permite abordar os vários aspectos do problema, caracterizando a criminalidade nos estados mais violentos, principalmente no Rio de Janeiro, o qual exporta violência para os demais estados brasileiros, podendo tal criminalidade vir a migrar para o Estado do Paraná. Os dados da pesquisa são as ocorrências que envolvem armas de fogo com a entrada nas unidades policiais-militares de todo Paraná, permitindo caracterizar, inclusive, as armas utilizadas nas diversas modalidades de ação criminosa. Com tal *mister* enseja este trabalho em verificar o poderio bélico da PMPR diante do arsenal da criminalidade, verificando por cada região, dentro da realidade de cada localidade na modalidade do crime.

Palavras-chaves: poderio bélico, força criminal, força policial, violência, armas.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta obra é analisar a relação entre a violência e a posse e porte de armas de fogo nas mãos do marginal e o poder de fogo policial na atualidade, esclarecendo se ela tem relação com a violência e o aumento da criminalidade no nosso país e se são imprescindíveis para o exercício da legítima defesa.

O tema “O Poder Bélico versus o Poder Bélico da Polícia e suas Influências na Sociedade de 2004 a 2005”, surgiu por necessidade de buscar conhecimento técnico nessa área operacional, baseados no interesse profissional que esse assunto apresenta e no clamor da população por medidas que contenham o aumento da criminalidade.

Julga-se de maior interesse, portanto, esclarecer a controvertida questão sobre a utilização de armas de fogo, como necessárias para a legítima defesa da população, bem como suas implicações.

A maior dificuldade encontrada na confecção deste trabalho foi a falta de obras publicadas, que tratassem do tema, desarmamento da sociedade. Dificuldade esta que impossibilitou que fosse confeccionado apenas utilizando-se o método Científico, logo terminamos por adotar os três métodos, a saber: Científico, Pesquisa e Compilação.

O tema da pesquisa visa definir as armas utilizadas pela Polícia *versus* as armas encontradas em uso no mundo do crime.

A criminalidade aumentou gravemente no Brasil, coincidentemente, a partir dos nos 90. Este fenômeno não pode ser entendido a partir de um diagnóstico simplista, que elege, sem nenhuma comprovação, a arma de fogo como causa determinante dos homicídios. A arma de fogo, em mãos do cidadão, tem sido vista pela moderna criminologia norte-americana como um importante instrumento de dissuasão, e, portanto, de defesa, através do qual o cidadão de bem inibe a ação dos criminosos. Esta tese já está amplamente comprovada pela queda dos crimes violentos em todos os 32 estados norte-americanos que estimularam seus habitantes aptos a portarem armas.

Não existe relação entre armas legais, ou seja, armas devidamente registradas, e os índices de criminalidade. O que existe é uma relação entre crime organizado, tráfico de drogas e crimes violentos. Exemplo disso é que um dos

Estados legalmente mais armados do País, o Rio Grande do Sul, não possui taxas de crimes mais altas em relação a Estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Aspectos também importantes são os dados fornecidos à imprensa, os quais são repassados à população, geralmente de forma sensacionalista, a fim de assegurar a audiência pretendida sobre a violência e os crimes cometidos à mão armada.

Costuma-se dizer que as Polícias Militares estão despreparadas e pouco equipadas para o enfrentamento dos criminosos que hoje infestam as grandes cidades do país. Nota-se aí, a ignorância sobre o assunto que, apesar do interesse coletivo, é repassado de forma pouco confiável.

Falar de Polícia Militar de forma generalizada num país continental, onde cada região possui suas próprias características sociais, econômicas e culturais e que, por isso mesmo, possuem forças de segurança subordinadas a governadores de Estados com problemas inerentes às suas regiões e, por conseguinte, apresentam tipos de crimes e de criminosos peculiares, seria, no mínimo, um contra-senso.

A criminalidade e a violência são influenciadas por muitos aspectos, tais como: o relevo, o clima, a população e, que influem no comportamento humano, na economia, na imagem e até mesmo na soberania do país.

As notícias veiculadas pela mídia fazem crer à população que a marginalidade está muito melhor armada que as forças policiais. Estaria ela com armamentos “pesados”, armas automáticas e de calibres superiores aos daquelas?

Essa idéia toma força pelo total desconhecimento da população sobre o assunto e até mesmo daqueles ligados diretamente ao problema, como policiais que, por pouca e pobre instrução e por não terem dados disponíveis sobre o tema baseiam-se, única e exclusivamente, nessas fontes de informação.

Os estudiosos do assunto também não chegam a um consenso, dividindo-se em opiniões contrárias e favoráveis à tese da superioridade armamentista dos criminosos ante o das Polícias, principalmente porque não separam crime organizado de crime cotidiano, sendo este último o foco deste estudo.

Afinal, quem detém a hegemonia do armamento no conflito entre os criminosos e as forças legais, notadamente da Polícia Militar e, mais particularmente, a do Estado do Paraná.

Presencia-se o interesse em adquirir armas novas, modernizando o arsenal policial-militar, porém, havemos de perguntar quais os critérios levados em consideração para a escolha dessa ou daquela arma, desse ou daquele calibre.

Campanhas de desarmamento são incentivadas com a destruição de armas apreendidas em todo o país sem, no entanto, fazer um estudo realmente científico e, não apenas estatístico, sobre estas armas. O mesmo estudo deveria ser levado a efeito sobre a fabricação de armas no país, sua quantidade destinada para o mercado interno e o que se destina à exportação, tendo em vista que parte desse armamento se transforma em arma do crime por diversos meios, como extravio, furto, roubo, etc.

Ainda sobre esse aspecto, há que se considerar a importação de armas feita por empresas de idoneidade duvidosa e as diversas formas de contrabando, notadamente nos países do Mercosul e pelos Estados Unidos da América.

2 O HOMEM E AS ARMAS

2.1 HISTÓRICO

Desde o princípio da evolução humana, o homem percebeu que como ser indefeso, e desprovido de defesas naturais, somente teria condições de sobreviver se se reunisse em pequenos grupos. Esses grupos com o tempo descobriram que somente a união de suas forças não seriam suficientes para defender-lhes dos predadores e de outros homens, que pretendessem matá-los, tomar-lhes o local onde habitavam, seus alimentos ou escravizá-los.

Quanto mais um grupo evoluía, mais intenso era o ataque de grupos rivais que visavam conquistar tudo aquilo que conseguiram, a melhor caverna, os alimentos, as fêmeas, daí surgiram as primeiras necessidades de se armarem e de aperfeiçoarem suas armas.

Pela necessidade de se defenderem e de caçarem o alimento, descobriram que uma pedra arremessada, poderia ter um alcance maior e mais potência que suas mãos; que se utilizassem um galho como prolongamento de seus braços, poderiam levar vantagem no confronto com a caça, com um predador ou com um inimigo, ou ainda, se afiassem um galho de árvore ou um osso, este poderia ferir mais facilmente que suas unhas e dentes.

Com a descoberta do metal, principalmente do ferro, puderam produzir lanças, espadas e pontas de flechas mais eficientes. Passaram a se organizar em grupos com a função específica de defender seu grupo, surgindo assim os exércitos.

Com a invenção da pólvora, foi possível construir aparelhos que arremessavam objetos a distâncias maiores que os aparelhos de energia mecânica. Surgiram assim os canhões, que revolucionaram as batalhas e proporcionaram uma defesa muito mais eficiente dos castelos e de embarcações.

Com o passar das décadas e o aprimoramento da ciência, os canhões foram sendo reduzidos em tamanho, na mesma proporção em que tinham seu poder aumentado, até chegar a uma dimensão que fosse possível ser manipulada e transportada por um só homem, surgiram assim os mosquetes, as primeiras armas de fogo, que puderam ser consideradas de uso pessoal.

Desde então, as armas de fogo passaram a equipar desde um pequeno fazendeiro, que necessitasse defender sua família e seus bens, aos grandes exércitos que defendiam as nações.

2.2 ARMAS E VIOLÊNCIA

As armas vêm sendo utilizadas como ferramenta, tanto de ataque como de defesa ao longo da história do homem e foi essencial para sua evolução. Entretanto, diversos estudos contemporâneos verificaram que a maioria dos crimes é praticada com emprego das armas de fogo.

Assim, concluiu-se erroneamente, que as armas de fogo são responsáveis pelo aumento da violência, porém não há relação entre o número de armas de fogo em posse de populares, pois o Estado do Rio Grande do Sul possui sete vezes mais armas legais do que o Estado de São Paulo, mas que a taxa gaúcha de homicídios é 3,8 vezes menor (por 100 mil habitantes, 54,21, contra 13,32, ano 2000)¹.

No Estado do Rio Grande do Sul estão registradas 937 mil armas, contra 495 mil em Estado São Paulo². É mister verificar que as taxas de criminalidade nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, estão diretamente associadas ao aumento do desemprego, perda do poder de compra, queda da qualidade de ensino, aumento do consumo de drogas, etc.

A situação pelo qual passa a economia de nosso país, com o grave problema do desemprego, leva muitos jovens a optar pela criminalidade, seja pela falta de perspectiva de conseguir um emprego honesto ou pelo lucro fácil e rápido que o tráfico de drogas e outros ilícitos trazem. Até mesmo porque estão desqualificados e despreparados para competir no mercado de trabalho.

Inseridos em uma comunidade onde traficantes e chefes de bandos são vistos como referências de status e de poder, junto com a sensação de impunidade, optam pelo crime, e a arma de fogo é a melhor ferramenta para a prática de delitos.

Do outro lado, temos o cidadão de bem, que paga seus impostos, batalha arduamente pelo seu patrimônio e pelo sustento de sua família, cada vez mais acuado pela criminalidade, que age cada vez em número maior atentando contra

¹ IBGE, 2000.

² IBGE, 2000.

sua vida, contra a vida dos que lhes são caros e contra seu patrimônio. Tendo certeza que a polícia, mal equipada e mal remunerada, não é onipresente, recorre ao emprego de armas de fogo para sua legítima defesa.

Utilizando-se de armas de fogo para se defender, os cidadãos de bem vêm sendo acusados por uma parcela da sociedade, representadas por organizações não governamentais como Viva Rio³ e Sou da Paz⁴, de contribuírem com o aumento da violência e fornecerem armas à criminalidade. Neste sentido, vêm sendo promovidas campanhas de desarmamento, que visam receber armas em doações e pressionar os órgãos políticos a promover o desarmamento.

Um passo maior foi dado contra o uso de armas de fogo, por parte da sociedade. Criaram-se vários projetos de lei que restringiam ou proibiam completamente a utilização de armas de fogo, dentre eles a vigente lei do SINARM⁵, e outros projetos substitutivos, que posteriormente foram associadas em um estatuto denominado: “Estatuto do Desarmamento”. Como sendo há opinião majoritária da sociedade contra as armas; opinião diversa do Vaticano. Segundo o documento “O Comércio Internacional de Armas - Uma reflexa ética”, assinado pelo cardeal Roger Etchegaray, presidente do Pontifício Conselho de Justiça e Paz, e pelo Monsenhor Martin Diarmund, secretário: “Em um mundo marcado pelo mal e pelo pecado, existe o direito à legítima defesa por meio de armas. Esse direito pode tornar-se um dever grave para quem é responsável pela vida dos outros, pelo bem comum da família ou da comunidade civil”.

Será que o referido estatuto, reduzirá a violência? Será que este normativo atingirá as causas da violência? Pode o cidadão se defender sem o uso de armas de fogo? É o que pretendemos responder no presente trabalho.

2.3 ARMAS E A LEGITIMA DEFESA

A Constituição da Republica Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, garante ao cidadão brasileiro o direito ao uso e a posse de armas de fogo.

³ www.vivario.org.br

⁴ www.soudapaz.org.br

⁵ Sistema Nacional de Armas, Lei n.10.826/03.

Os incisos X e XI do artigo 5º da Constituição Federal, ao disporem que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (...)” e “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador (...)”, respectivamente deixam claro, em nosso entendimento, que o direito ao uso de armas de fogo esta autorizada por norma constitucional. Pois do contrario, de que maneira alguém poderia impedir a violação de sua intimidade, de sua vida ou de sua casa sem o uso de armas de fogo? Que outro modo, poderia o cidadão impedir violações a tais direitos?

O Código Penal Brasileiro, promulgado em 1940, prevê como excludente de ilicitude, no inciso II do artigo 23, a saber: artigo 23 “Não há crime quando o agente pratica o fato: inciso II- em legitima defesa”. E ainda o artigo 25 do mesmo código explica: “artigo 25. Encontra-se em legitima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.”

Na sociedade atual, qual seria o meio necessário para se defender das injustas agressões mais comuns, como o roubo, o furto, o estupro, e outros mais, se não as armas de fogo?

Em alguns crimes previstos no Código Penal, o legislador preocupou-se em agravar a pena do agente quando o mesmo agisse de forma a impedir ou dificultar que sua vítima se utiliza de seu legítimo direito a defender-se, como é o caso do artigo 121, em seu parágrafo segundo, inciso IV, que aumenta a pena de seis a vinte anos, para de 12 a 30 anos quando, segundo o referido inciso se o agente agir: “à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido”, demonstrando que o legislador autoriza o uso de armas de fogo em legitima defesa, pois qual seria o meio eficaz para se defender ou simplesmente repelir um homicida, ou outro criminoso, senão a arma de fogo? Pode agora o mesmo legislador tornar impossível o acesso aos meios necessários para a legitima defesa?

3 USO DE FORÇA E A SIMBOLOGIA DA ARMA DE FOGO

No contexto relacional violento, a arma aparece como um objeto rápido e efetivo para a “resolução” do conflito através da anulação do “inimigo”, que sempre é diferente e estranho.

Há a motivação individual e a interiorização das regras socialmente transmitidas a respeito do significado da arma de fogo. Variáveis macro, como índices de violência na cidade, pobreza e desigualdade social, ou micro (correspondentes à esfera da subjetividade do ator), como as experiências particulares dos atores sociais, suas histórias de vida dentro e fora da instituição, suas vivências no exercício do serviço ou como cidadãos, influenciam o uso da arma de fogo.

A relação com a arma de fogo associada a eventos letais, propriamente repressivos como os “confrontos armados”, chama a atenção para a necessidade do preparo profissional das forças de segurança, fato reconhecido pelos próprios agentes.

O “uso da força pela polícia” se estabelece em relação de direta proporcionalidade ao “uso da força contra a polícia”, aumentando as possibilidades de violência contra a população, assim com também os índices de vitimização policial.

Na aplicação de políticas, como a “guerra contra o crime”, o lugar de trabalho da polícia e o espaço de vitimização da população confundem-se. A arma de fogo, neste caso, aparece como matéria externalizante das ações policiais e pode mostrar adequação ou desvio à norma. Nessa tensão, as condições de porte e uso da arma de fogo mostram situações paradoxais que sintetizam tanto o desrespeito à norma geral (incluídas ações de violência e ou corrupção) como a improvisação das ações na “linha de frente”.

No uso da arma, tanto pela polícia como pelo tráfico, acabam revalorizando conceitos militaristas como “combate”, “inimigo”, “confronto”.

A definição do conflito, similar para policiais e para os jovens das favelas, contribui para sua prolongação e também faz com que cada vez seja mais letal, demandando armas mais caras, com maior poder de fogo e produzindo mais morte.

Para o jovem da favela, “sem chances”, como eles mesmos definem, o acesso à arma e a entrada para a criminalidade funcionam no imaginário como um caminho de curto prazo para a rápida ascensão, obtenção de bens de consumo, prestígio, poder, dinheiro, mulheres, respeito.

Valores que exaltam a imagem do guerreiro, a virilidade, coragem, fazem da arma de fogo um elemento fundamental na construção da masculinidade, tanto no caso dos policiais como no dos jovens das favelas que usam ou admiram quem usa armas de fogo.

O mercado ilegal de armas, um exemplo típico de mercado criminoso, visualiza aquilo que deve permanecer invisível: a corrupção ou, no mínimo, a ausência do Estado, a invisibilidade dos excluídos que, carentes de componentes reflexivos, põem à prova a legitimidade do sistema.

Talvez, na maioria dos casos, a violência não seja mais do que uma prova de força que põe em questão o conjunto do sistema, de forma esporádica e pontual, sem levantar nenhum argumento moral. Para outros, uma forma de não desaparecer da rede, de deixar rastros, os rastros predatórios da morte violenta.

Consta em algumas análises sociológicas que a cidade do Rio de Janeiro caracteriza-se historicamente por deter altos índices de ilegalidade tanto da mão-de-obra como dos negócios e produtos que são negociados (RIVERO, 2000). Outras análises atribuem não só ao Rio de Janeiro, senão ao Brasil, a característica da ilegalidade ou descumprimento das normas em várias esferas da vida, particularmente no âmbito econômico (SANTOS, 1993). Portanto, não é estranho que, nesse contexto favorável à desregulamentação dos intercâmbios econômicos, armas de fogo sejam negociadas ilegalmente.

Por outro lado, armas de fogo são utilizadas habitualmente nas favelas principalmente por diferentes facções do narcotráfico, como forma de garantir e afirmar o seu poder territorial e permitir o livre comércio de drogas, enfrentando para isto a polícia e também facções rivais, o que estabelece nas favelas do Rio de Janeiro um conflito armado permanente. Como saldo dessa situação o Rio de Janeiro é o estado que apresenta as taxas mais altas de mortes por arma de fogo, e as favelas do Rio de Janeiro têm taxas de mortes por arma de fogo só comparáveis aos países em guerra.

Pode-se afirmar que estudar as transações econômicas com armas que se realizam nas favelas significa que estão sendo estudadas aqui as características de

um tipo de mercado, mercado criminal. Em primeiro lugar, estamos tratando de um mercado que cumpre as regras dos mercados informais / ilegais e criminais. Um mercado onde se combinam as “dimensões políticas e econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor de troca”, de uma mercadoria política, no sentido em que Misse (1997) utiliza o termo.

Em grande medida, as armas de fogo nesse mercado adquirem a “autonomia de uma negociação política”, ou são quase parte dela, tornando-se, até certo ponto, independentes das leis de mercado. Essas parecem entrar na negociação de forma oblíqua, e não verticalmente, por isto podem ser chamadas de “mercadorias políticas”. Mercadorias políticas são as armas, quando desviadas e negociadas no crime. O seu preço já não depende só das leis de mercado, senão de avaliações estratégicas de poder e do recurso potencial à violência.

A regulamentação deste mercado, além de ser inexistente, é oposta à estatal, compondo assim o que se chama de mercado criminalizado, diferenciando-se dos mercados informais por sua dimensão política acentuada e porque esses últimos têm alguns recursos de legitimação normativa e/ ou social.

Negociar armas é negociar a força que seria de uso exclusivo do poder estatal de polícia. Se o Estado tem o monopólio do uso da força, a negociação do instrumento de força não só compete com o Estado, mas contrapõe-se a ele mediante um ato criminal. Mais ainda quando dessa negociação vai se criar uma força de controle territorial como seria a do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro. A corrupção, que o autor também considera como “mercadoria política”, entra neste caso como tal, mas também politiza a mercadoria negociada, armas de fogo. O uso da força, que era monopólio do Estado, lhe é expropriado, seja por membros do próprio Estado (corrupção), ou por indivíduos externos ao Estado (as grandes transações de contrabando de armas que entram nas favelas cariocas, por terra ou por mar).

3.1 SIMBOLOGIA

“Consultores” de favela:

As Armas: “neurótica”, “poderosa” (poder de fogo e capacidade de penetração do projétil), durabilidade.

Sensação: curiosidade, quebra-cabeça pra montar e desmontar (quando crianças), adrenalina, “tá ali pra matar ou morrer”, impõe respeito, segurança.

O Conflito: guerra, guerrilha, “chapa quente”, “Faixa de Gaza”.

Armas preferidas: 762, AK 47, HK, HK G3, AR15, M16 fuzil, IMBEL e pistola Taurus , 380 “calibre anêmico”.

Poder de fogo necessário: “sempre é mais que a polícia, tem que ser mais que a polícia”.

Corrupção: “polícia não se mata, se compra”.

Policiais:

Armas: companheira, mulher, “ainda mais fiel”, interessa o poder e capacidade de fogo (número de disparos por segundo).

Sensações: empolgação, curiosidade, divertimento (quando crianças), aventura, poder (quando no exército), responsabilidade (na Polícia Militar), tranqüilidade, “aprecio pelo combate”.

Regras de uso da arma: legítima defesa, conhecimento da arma, instinto de sobrevivência, autocontrole e discernimento, “ou você mata ou você morre”, “ter cuidado com o tiro amigo”, “não entrar com o dedo no gatilho”, “só entro e saio na bala”.

Armas preferidas: FAL 762 fuzil “acaba logo com bandido”, Madzen 1932, G3, AK-47 para o confronto, M16, AR-15 para assalto leve, Pistolas PT 40 e 357 “evita a reação”.

O inimigo: indefinido, “você nunca sabe quem pode ser”, “vagabundo”, “o mau”, “o elemento”.

O conflito: “combate urbano”, “guerrilha urbana”, “guerra”, “Faixa de Gaza”.

Poder de fogo necessário: “igual ou maior ao do tráfico”.

4 O IMPACTO DAS ARMAS NA SOCIEDADE

4.1 NO MUNDO

Existem 639 milhões de armas de fogo circulando no mundo, 59% nas mãos de civis. Todos os anos morrem 500 mil pessoas por armas de fogo, 200 mil delas civis em homicídios, acidentes e suicídios⁶.

4.2 NO BRASIL

Existem 5,5 milhões de armas legais. As estimativas do número total de armas em circulação vão de oito a 20 milhões de armas. A arma não é a causa da violência. A arma é seu vetor. Ela transforma a natureza da violência, tornando-a letal. No Brasil, a arma de fogo é usada em 68,7% dos homicídios⁷.

A violência armada pode ser considerada uma verdadeira epidemia. No Brasil, morre-se mais por arma de fogo do que por acidente de trânsito. Em 2002, 36 mil brasileiros morreram por causa de armas de fogo, ou seja, cem brasileiros morrem por dia vítimas das armas de fogo. É mais do que em qualquer outro país do mundo, mesmo naqueles que estão em guerra.

A população jovem masculina (15 a 24 anos) é a mais atingida. A cada dia morrem 40 jovens por arma de fogo no Brasil⁸.

A arma de fogo é a primeira causa de morte de homens jovens no Brasil, mais do que doença, acidente de trânsito ou outra causa externa.

4.3 A QUESTÃO DO DESARMAMENTO

Das armas do crime no Brasil, 74% são brasileiras e 78% são pistolas e revólveres. A maior parte das armas do crime é de fabricação nacional.

⁶ www.vivario.org.br.

⁷ www.vivario.org.br.

⁸ www.vivario.org.br.

Segundo os registros da polícia, 73% das armas apreendidas no Rio são brasileiras; e 78% delas são revólveres e pistolas, ou seja, armas que até aqui eram consideradas legais para a venda ao público em geral. As armas longas, na maior parte estrangeiras, não chegam a 20%. É falsa, portanto, a idéia de que as armas brasileiras são do bem, a serviço da defesa do cidadão, enquanto que as armas do mal seriam estrangeiras. Pouco se sabe sobre os caminhos que levam essas armas da fábrica às redes criminosas, mas uma coisa é certa: as armas começam legais e deslizam para a ilegalidade. Proibindo o comércio legal, fechamos, com certeza, uma importante fonte de fornecimento do comércio ilegal⁹.

É possível definir a superioridade e poder de fogo do armamento em poder dos criminosos em relação ao arsenal utilizado pela Polícia Militar do Paraná nas diversas atividades de policiamento?

⁹ www.vivario.org.br.

5 ARMAS DE FOGO DO CRIME

Freqüentemente aparecem notícias acerca de armas roubadas das próprias instituições policiais e depois apreendidas em crimes ou de armas exibidas pela polícia como recentemente apreendidas e depois reconhecidas como armas pertencentes ao próprio acervo da polícia.

Uma indagação mais apurada da situação das armas acauteladas pela polícia permitiu melhorar a organização dos dados e obter mais informação sobre o destino real dessas armas.

É necessário destacar que as armas acauteladas são aquelas apreendidas pela polícia por se encontrarem em situação de irregularidade: falta de registro; porte ilegal ou apreendida em situação de crime. Por compor o universo da ilegalidade, as características das armas acauteladas são importantes para introduzir-nos no nosso objetivo de estudo.

Por esse motivo, aqui se apresentam alguns dos dados que mostram as porcentagens de armas dentre as acauteladas que tiveram registro alguma vez. Configuram-se assim as dimensões do desvio de armas, ou seja, a proporção de armas de fogo que em algum momento foram legais e passaram à ilegalidade.

De acordo com as pesquisas demonstradas, apresentaram-se as características gerais das armas acauteladas no Estado do Rio de Janeiro (como base forte para esta pesquisa e para os índices brasileiros de criminalidade), já mostrando as porcentagens que representam as armas de uso restrito aos civis.

Por país de origem da arma, a maioria das armas acauteladas no estado entre 1951 e 2003 é de fabricação nacional (aproximadamente 80%), seguidas em menor proporção por aquelas de fabricação americana (7%) e pelas de origem espanhola e belga (3%). No caso das espanholas, como confirmamos mais adiante, há armas acauteladas muito antigas, talvez estoques restantes da guerra civil espanhola e outros mais recentes, produto da crise das empresas produtoras de armas na região de Éibar, no norte da Espanha. As armas belgas, mais modernas e de grande poder de fogo, podem estar relacionadas a contrabandos recentes e também a roubos e desvios das forças de segurança para o crime. Também se encontram, em menor porcentagem (2%), armas provenientes do país vizinho, Argentina, o que nos faz pensar nas rotas de tráfico de armas entre países

fronteiriços no Mercosul. Se olharmos essas armas de acordo com o tipo, seu perfil começa a ficar mais claro¹⁰.

A maioria está composta por revólveres (67%), o que tem relação com o tipo de arma produzida no Brasil. Depois seguem as pistolas, com uma porcentagem bem menor (16%), mas importante, em relação aos outros tipos de arma. Espingardas e garruchas, também a maioria de origem nacional, seguem em importância, com 6 e 7% respectivamente. As carabinas, os fuzis e submetralhadoras compõem o panorama contribuindo com porcentagens ainda menores (1% cada tipo). É interessante olhar para essas porcentagens por período, para saber se esse quadro se modifica e quais tipos têm aumentado nos últimos tempos.

Prosseguindo o exame sobre as características dessas armas, observa-se, que, entre as pistolas, predominam as marcas nacionais e, entre os fuzis, as marcas estrangeiras, embora a tendência seja o aumento de armas de calibres cujo uso é proibido para os civis.

De qualquer forma, das pistolas acauteladas, a maioria é de origem nacional e a marca Taurus é uma das mais comumente encontradas. Também as pistolas Imbel aparecem entre as acauteladas, reafirmando a idéia de roubos e desvios, já que esse tipo de pistola é de uso exclusivo das forças de segurança nacionais (Forças Armadas e Polícia Militar).

No caso dos fuzis, o perfil é outro: Há um claro predomínio dos fuzis de origem americana (das marcas Colt e Ruger), seguidos em menor quantidade por aqueles da indústria nacional (da Imbel) e em terceiro lugar pelos fuzis de origem chinesa (Norinco).

Além de ser armas que se desviaram para o crime, neste caso há armas que devem entrar via contrabando. Essas informações parecem constatar o suposto aumento de poder de fogo do narcotráfico nas favelas do Rio, já que a maioria são armas utilizadas em guerras e conflitos bélicos diversos no mundo e fazem parte do que na literatura internacional se denomina de armas pequenas de estilo militar¹¹.

Havendo traçado um perfil sintético das armas acauteladas no Estado do Rio de Janeiro, a continuação desta pesquisa focaliza as armas que foram acauteladas no município do Rio e basicamente aquelas que correspondem aos últimos dez anos

¹⁰ www.smallarmssurvey.org.

¹¹ www.vivario.org.br.

de acautelamento, para depois analisar especificamente as armas acauteladas e que são parte do crime.

Cresce o desvio, já que a participação das armas com registro acauteladas em virtude de crime, aumentou desde o primeiro período (1951-1981) até o último (1993-2003), em 53%. A maioria das armas apreendidas são de origem brasileira (76%), seguidas das provenientes dos Estados Unidos (10%) e das que vêm de países vizinhos, como Argentina (3%). A maioria são revólveres (61%) e pistolas (27%). Os fuzis têm as maiores porcentagens de aumento nos últimos dez anos, e a maioria é de origem americana, indicando o aumento da letalidade das armas do crime. Existem 4,3 armas de fogo por cada 10 habitantes homens de entre 15 e 65 anos na cidade do Rio de Janeiro, e mais de 17% das armas de fogo que circulam na cidade são armas usadas para cometer crimes. Existe disponibilidade das armas na cidade, e a possibilidade de que essas armas sejam utilizadas em atos criminosos é de quase 1 em 6.

O que primeiro chama a atenção é a altíssima porcentagem de armas de fabricação brasileira acauteladas no crime. Novamente, a informalidade do mercado de armas, roubos, desvios (produtos da corrupção interna), todos sinais de falta de controle do armamento, podem estar incidindo. A proporção dessas armas tem um aumento considerável no segundo período, novamente acompanhando o período de aumento do tráfico de drogas na cidade.

Por outro lado, as armas de origem americana, com uma porcentagem bem menor, são as segundas em importância dentro das armas em mãos dos criminosos. Isto não só demonstra a evasão de fiscalização e o contrabando de armas, como também o perfil das armas que são usadas no crime na cidade. As armas de fabricação americana têm a tendência a aumentar ao longo dos anos. Como veremos, grande parte das armas provenientes dos Estados Unidos são pistolas automáticas, semi-automáticas e fuzis, de alta letalidade.

As armas de fabricação Argentina aparecem no terceiro lugar, confirmando a presença de armas provenientes de países limítrofes no crime carioca, como foi mencionado anteriormente. Depois, as armas de fabricação espanhola, dentre as quais há muitas armas que chegaram ao Brasil no início do século XX, muitas fabricadas e utilizadas na guerra civil espanhola; e depois as armas restantes da falência das indústrias artesanais de armas de fogo, fundamentalmente localizadas

no País Basco, que fazem com que as armas espanholas apareçam em número expressivo ainda no último período.

O crescimento de pistolas acauteladas, em relação a revólveres, é uma prova do aumento do poder de fogo das armas do crime na cidade. O crescimento estrepitoso do número de fuzis acautelados é também prova das características O crescimento estrepitoso do número de fuzis acautelados é também prova das características que vai adquirindo o conflito criminal na cidade. Mostra claramente o aumento das armas com maior poder de fogo, portanto mais letais.

Os fuzis também são armas associadas a conflitos armados internacionais e carregam, do ponto de vista simbólico, uma tradição de letalidade relacionada à guerra ou à guerrilha. Como veremos mais adiante, os atributos dados aos fuzis pelas partes em confronto não são nada irrelevantes na compreensão das características e causas da violência criminal que produz tantas vítimas de morte por arma de fogo na cidade do Rio de Janeiro.

Olhando mais profundamente para o tipo de arma que teve seu uso no crime aumentado nos últimos dez anos, podemos estabelecer, através de análise do perfil do tipo de armas, as características que tem o conflito em termos de letalidade. E é só sabendo claramente que tipo de arma vai crescendo nesse meio que se pode fazer uma política de segurança eficaz, seja de desarmamento, controle de tráfico, segurança nas fronteiras, controle de importação, de produção e comercialização de armas, bem como de controle dos estoques das forças de segurança nacionais.

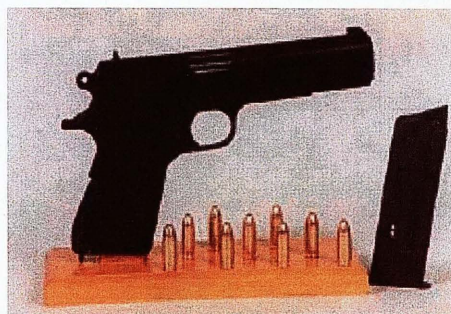
5.1 ARMAS MAIS ENCONTRADAS COM OS MARGINAIS

FIGURA 1 – REVOLVER TAURUS & ROSSI CAL .38 SPL



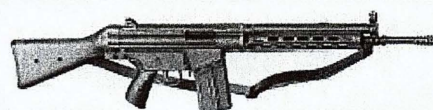
FONTE: RIVERO, 2005.

FIGURA 2 – PISTOLAS BERETTA E IMBEL 9MM LUGER



FONTE: RIVERO, 2005.

FIGURA 3 – FUZIS AK-47, HK G3 E FAL IMBEL 7.62 mm NATO



FONTE: RIVERO, 2005.

FIGURA 4 – SUBMETRALHADORA BERETTA E UZI 9MM LUGER



FONTE: RIVERO, 2005.

FIGURA 5 – FUZIL STEYR 5.56 mm



FONTE: RIVERO, 2005.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ARMAS NOS CRIMES

A base de dados da Delegacia Legal vincula as armas apreendidas aos delitos nos quais foram apreendidas. Podemos, portanto, analisar a origem das armas apreendidas, por tipo de crime. O resultado desta análise é apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 – ARMAS APREENDIDAS, POR ORIGEM E POR TIPO DE CRIME

Origem da arma	Latrocínio		Estupro		Sequestro		Tráfico		Homicídio	
	Armas	%	Armas	%	Armas	%	Armas	%	Armas	%
Registradas	457	50	54	52	56	32	3.853	25	4.723	39
Informais	140	15	14	13	-	0	5.684	37	2.331	19
Contrabando	321	35	37	35	119	68	5.852	38	5.044	42
Total	917	100	105	100	175	100	15.390	100	12.098	100
Dentre as Registradas	Armas	%	Armas	%	Armas	%	Armas	%	Armas	%
Pessoa Física	280	61	54	100	11	20	2.098	54	2.214	47
Patrimônio do Estado	105	23	-	0	45	80	1.541	40	2.267	48
Empresas de Segurança	74	16	-	0	-	0	205	5	219	5
Total	457	100	54	100	56	100	3.853	100	4.723	100

Origem da arma	Porte		Ameaça		Lesão Corporal		Furto		Roubo	
	Armas	%	Armas	%	Armas	%	Armas	%	Armas	%
Registradas	6.303	32	1.017	61	1.147	45	353	51	3.221	34
Informais	7.148	36	339	20	544	21	188	27	2.956	31
Contrabando	6.499	33	322	19	868	34	158	23	3.301	35
Total	19.950	100	1.678	100	2.559	100	699	100	9.478	100
Dentre as Registradas	Armas	%	Armas	%	Armas	%	Armas	%	Armas	%
Pessoa Física	4.812	76	223	22	705	61	243	69	1.908	59
Patrimônio do Estado	1.008	16	92	9	288	26	67	19	1.031	32
Empresas de Segurança	493	8	704	69	147	13	42	12	294	9
Total	6.303	100	1.017	100	1.147	100	353	100	3.221	100

FONTE: www.vivario.org.br

Conforme fonte de informações da Viva Rio¹², a tabela 1 revela variações importantes quanto ao tipo de arma utilizada em diferentes situações criminais. Serão destacados alguns pontos:

- Armas de diversas origens (registradas, informais e do contrabando) participam significativamente de toda a atividade criminal;
- Há uma única exceção à observação anterior: **não encontramos armas Informais em Seqüestros**. Os Seqüestros são crimes planejados que envolvem grupos bem controlados de indivíduos. No planejamento, ao que se vê, prefere-se o uso de armas novas, automáticas 20 ou semi-automáticas. Predominam aí as armas vindas do contrabando (68%) ou desviadas do Patrimônio do Estado (80% dentre as Registradas). Ainda assim, encontramos armas utilizadas em seqüestros que são oriundas de pessoas físicas cujas armas possuem registro legal;
- Por outro lado, as armas do contrabando estão menos presentes nos **Estupros** (35%), predominando aí as armas oriundas de pessoas físicas com registro (52%) e informais (13%). Notável a participação de armas registradas (25%) e informais (37%) no conjunto de armas apreendidas em confrontos da Polícia com o Tráfico de Drogas no Estado do Rio de Janeiro. As informais, mais baratas, devem estar com o pessoal da “contenção”, traficantes mais jovens, menos “graduados” no crime, mais expostos a prisão;
- O Furto, o Roubo e o Latrocínio, situações mais comuns nas vias públicas, com maior impacto sobre as classes médias, utilizam majoritariamente armas oriundas dos estoques legais e informais (somadas, acima de 65%);
- Quanto aos Homicídios, pesam nas estatísticas do Rio de Janeiro as mortes resultantes de confrontos entre facções de narcotraficantes. Compreende-se, portanto, a presença destacada de armas oriundas do contrabando (42%), embora os estoques legais (39%) e informais (19%) também participem expressivamente, sendo 21 responsáveis pela maior parte das armas envolvidas em assassinatos (58%). Contam aí, entre outros, os crimes passionais e por vingança;

¹² www.vivario.org.br.

- Muito alta a participação dos estoques legais (45%) e informais (21%) nos registros de lesões, onde o ferimento por arma de fogo não chega a resultar em mortes. Em geral, dizem os dados da saúde, são lesões graves, com seqüelas duradouras;
- Alta também a participação dos estoques legais e informais nas ameaças (somadas 81%) e nas apreensões por porte ilegal (68%). Significativamente, quanto às ameaças, destacam-se armas oriundas de Empresas de Segurança Privada.

5.3 ESTOQUE DE ARMAS DE FOGO

A posse de armas de fogo se classifica em cinco categorias básicas. A categoria mais visível de todas as armas de fogo é de armas da polícia. Ironicamente, elas representam de verdade uma pequena proporção, constituindo 3% de todas as armas de fogo do mundo aproximadamente 18 milhões ao todo. No segundo grupo estão as armas de fogo das forças armadas do governo, a estimativa feita aqui é baseada em alguns países onde os dados disponíveis são precisos. Isso nos conduz a uma estimativa cautelosa de pelo menos 226 milhões de armas de fogo militares distribuídas internacionalmente, ou 41% do total mundial conhecido.

A terceira categoria de armas de fogo é de atores não governamentais, em sua maioria milícias rebeldes.

Essas certamente são as armas pequenas que causam mais instabilidade, e representam a menor categoria, somando aproximadamente um milhão de armas de fogo, menos de 1% do total mundial. Ainda que esse número não seja formidável, seu impacto geralmente é. A maior concentração de armas de fogo de milícias rebeldes parece estar hoje na África Central.

O quarto grupo estudado é o das armas legalmente possuídas por indivíduos. Baseado nas fontes disponíveis mais confiáveis, o número total de armas legalmente possuídas por indivíduos é de 305 milhões, ou um pouco mais de 55% do total mundial reconhecido. Mas esse número está longe de estar completo, excluindo muitos países importantes. A quinta e menos conhecida categoria é a de

armas ilegalmente possuídas, cujos números não podem ser calculados com segurança¹³.

5.4 ABASTECIMENTO DO MERCADO CRIMINAL DE ARMAS

A pergunta popular “de onde vem a arma do bandido?” foi transformada aqui na indagação “qual a origem das armas apreendidas pelas polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro em ocorrências criminais?” Em resposta à pergunta assim formulada, identificaram-se três grupos de origem:

- Armas com origem no estoque legal – são as armas apreendidas em situação criminal que possuem *registro legal* nos cadastros da Polícia do Estado do Rio de Janeiro ou no Sistema Nacional de Armas (SINARM);
- Armas com origem no estoque informal – são as armas apreendidas em situação criminal que pertenciam originalmente a cidadãos ordeiros, mas que não possuíam registro legal nos cadastros do Estado do Rio de Janeiro ou do SINARM. Foram, portanto, desviadas do setor informal para o setor criminal;
- Armas contrabandeadas diretamente para o crime através do tráfico ilegal de armas.

Definimos o “Estoque Informal” como aquele conjunto de armas que não têm registro, estando, portanto, fora do controle formal do Estado, mas que tampouco pertencem a criminosos por assim dizer “profissionais”.

Via de regra, são armas de pessoas ordeiras, adquiridas na informalidade, usualmente através de conhecidos ou de conhecidos de conhecidos. Estima-se que representem 30% do mercado privado de armas no Brasil, ou cerca de 4,6 milhões de armas (BRASIL, *As Armas e As Vítimas*, 2005, p. 160). Como identificá-las no rol de armas apreendidas pela Polícia do Rio em situações criminais?

Adotamos uma abordagem conservadora: foram incluídas nesta categoria apenas as armas de fabricação antiga, as quais foram identificadas através de dois critérios.

¹³ www.smallarmssurvey.org.

As armas de uso permitido 73%, as quais podem ser identificadas pelo número de série ou modelo. Trata-se, portanto, de um estoque antigo, fabricado e comercializado num tempo em que não se fazia exigências de registro no comércio legal no Estado do Rio de Janeiro. Via de regra, foram compradas nas lojas nos anos cinquenta, sessenta e setenta, sem registro, passando a circular pelos caminhos da informalidade. Essas armas não estavam disponíveis nas lojas do Brasil nos últimos 20 anos e tampouco nas lojas dos países vizinhos, como o Paraguai, de onde vem a maior parte do contrabando. São armas que não são utilizadas pelas Polícias ou Forças Armadas. Não são, portanto, procuradas pelos criminosos profissionais no tráfico ilícito de armas ou nos desvios patrimoniais. São armas que chegam no crime através de uma ação impensada do próprio dono, ou ainda de furto, roubo ou revendas.

A indústria brasileira de armas de fogo passou a dominar o mercado nos anos 1980. As lojas do período anterior (até a década de 1970) apresentavam um volume expressivo de armas importadas. A partir dos anos 1980, as importações são drasticamente reduzidas.

Os critérios adotados para isolar o setor informal são considerados conservadores pelas seguintes razões:

Há algumas marcas estrangeiras – como a Colt e a Smith & Wesson, que produzem certos modelos há muitas décadas. Não foi possível, nesses casos, distinguir armas antigas de novas. Preferimos, então, contá-las todas como se fossem novas e fruto do contrabando.

O contrabando alimenta não só o crime, como também o mercado informal - dada a facilidade de compra de armas nos países vizinhos, como o Paraguai, o Uruguai ou a Bolívia, há com certeza um número expressivo de “*brasileiros de bem*” cujas armas (novas) foram adquiridas por caminhos clandestinos.

Preferimos, contudo, contá-las como se pertencessem ao tráfico criminal.

Armas novas compradas em outros Estados – podem alimentar o mercado que aparece como “informal” no Rio de Janeiro (isto é, armas sem registro no Estado do Rio e sem registro no cadastro da Polícia Federal - SINARM). Observa-se, por exemplo, uma concentração de lojas de venda armas no Estado do Paraná, que faz fronteira com o Paraguai. É provável que, pelo comércio paranaense, um certo número de armas novas chegue ao mercado informal do Rio de Janeiro.

Como reforço a esta interpretação, examinamos as armas entregues voluntariamente pelos seus proprietários no âmbito da Campanha do Desarmamento na rede de recolhimento coordenada pelo Viva Rio. Sobre mais de 10 mil armas recolhidas, a maioria são armas sem registro.

5.5 ARMAS CONTRABANDEADAS DIRETAMENTE PARA O CRIME

Dois critérios foram utilizados para definir este grupo:

- armas de uso restrito que não são oriundas do Patrimônio do Estado - é um critério que deve superestimar o volume de armas diretamente contrabandeadas pelo tráfico criminal, pois sabemos que o setor informal ordeiro também se abastece do contrabando. Preferimos ser rigorosos nesta opção, para termos uma referência clara;
- armas novas de uso permitido que não têm registro legal e que não são oriundas do Patrimônio do Estado - Novamente, e ainda com mais razão, é um critério que provavelmente superestima o volume do tráfico criminal.

As armas desta categoria distribuem-se do seguinte modo:

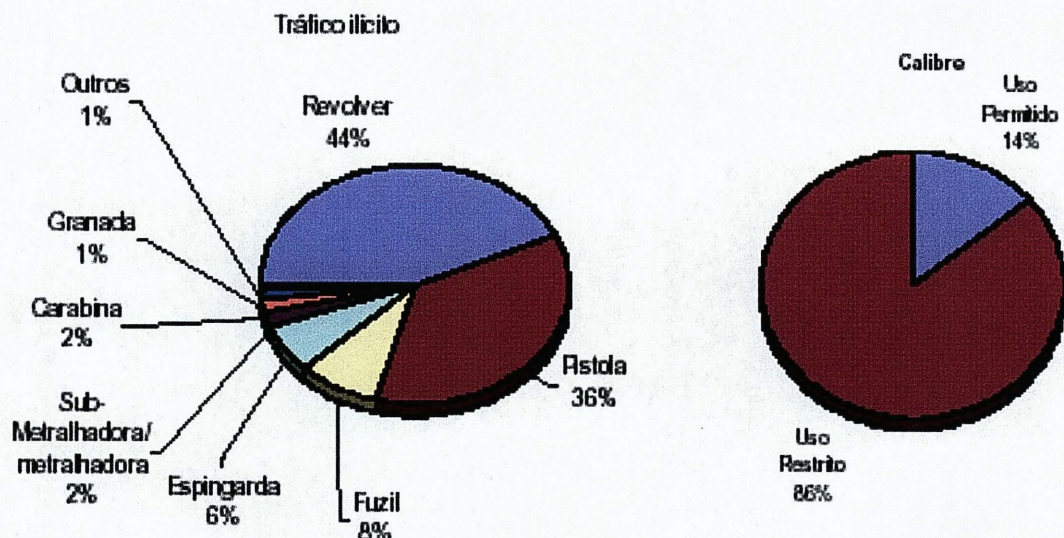
TABELA 2 – ARMAS CONTRABANDEADAS DIRETAMENTE PELO CRIME

TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS (CONTRABANDO)	ARMAS	%
USO PERMITIDO – BRASILEIRAS	7.306	30
USO PERMITIDO – ESTRANGEIRAS	753	3
USO RESTRITO – BRASILEIRAS	11.234	47
USO RESTRITO – ESTRANGEIRAS	4.757	20
TOTAL	24.050	100

FONTE: www.vivario.ogr.br.

O tipo das armas apreendidas com origem no tráfico criminal mostra preferência por armas de uso restrito, automáticas e semiautomáticas, com calibre de alta potência.

GRÁFICO 1 – O TIPO DAS ARMAS CONTRABANDEADAS DIRETAMENTE PELO CRIME



FONTE: www.vivario.ogr.br.

Cabe aqui uma digressão, com vistas ao maior esclarecimento do segmento do tráfico ilícito de armas. O perfil das armas apreendidas no Rio de Janeiro com origem no contrabando corresponde ao perfil de armas legalmente importadas pelo Paraguai, principal fonte do tráfico ilícito nos anos 1990, como demonstram pesquisas recentes 1. Até 2002, segundo a normativa paraguaia, os turistas estrangeiros podiam comprar armas de fogo e munição mediante uma simples apresentação de uma fotocópia da cédula de identidade. Armas legalmente importadas (principalmente do Brasil) pelo Paraguai eram (e ainda são) compradas nesse país e logo contrabandeadas para o Brasil. Tinham clara prioridade as armas proibidas para a sua venda em lojas no Brasil, como por exemplo, as pistolas semiautomáticas 9 mm. Cidades fronteiriças como Pedro Juan Caballero (em frente a Ponta Porã no Mato Grosso do Sul) contam com um grande número de lojas de armas onde os “turistas” brasileiros compravam armas que logo acabavam alimentando os mercados criminais e informais no Brasil.

Uma nova legislação em 2002 proibiu a compra de armas no Paraguai por turistas estrangeiros. Além dessa medida, em 2000, de comum acordo com o Governo do Brasil, o Governo Paraguaio decretou uma moratória de importação de armas e munições brasileiras. Esta medida foi ampliada para armas de toda procedência. Em consequência, a importação de armas pelo Paraguai tem diminuído drasticamente desde 2000. Já em 1996, o Governo dos Estados Unidos da América do Norte proibiu a exportação de armas para o Paraguai alegando que a solicitude

de importação de armas não correspondia às necessidades do mercado interno desse país e o desvio para grupos insurgentes e o narcotráfico na região. Os gráficos abaixo mostram a clara predominância da produção brasileira nas importações Paraguaianas de armas de fogo. Esses gráficos estão baseados nos dados da Base de Dados de Estatísticas de Comercio Exterior da ONU (*Comtrade*, <http://unstats.un.org/unsd/comtrade/>) e na análise feita pelo instituto de pesquisa ISER sobre dados fornecidos pela empresa paraguaia de consultoria de comércio exterior OCIT Trade, que utiliza dados oficiais da alfândega do Paraguai.

5.6 OS VALORES DAS ARMAS DO CRIME

A soma dos preços médios no mercado criminal é superior à soma dos preços médios no mercado legal. As pistolas no mercado criminal são mais baratas que no mercado legal. Os fuzis, as metralhadoras e as submetralhadoras são mais caras no mercado criminal em virtude da sobre-valorização desse tipo de arma pelo tráfico de drogas nas favelas, assim como também pela polícia que desenvolve operações nessas áreas.

No caso dos revólveres, as diferenças de preços entre os mercados não são muito grandes, possivelmente porque são armas que geralmente se negociam de segunda mão e porque há uma desvalorização simbólica desse tipo de arma. Os índices de variação de preços do mercado legal são menores do que os índices de variação do mercado criminal. As armas mais letais que aparecem no mercado criminal são também aquelas utilizadas pelas polícias civil e militar assim como pelas forças armadas do Brasil. A maioria delas é proveniente de países estrangeiros. Elas apresentam um elevado índice de variação de preço no mercado criminal e são muito valorizadas.

TABELA 3 – PREÇOS E FORÇAS QUE USAM ESSAS ARMAS

CALIBRE	TIPO	MARCA	PREÇOS MEÍDIOS NO MERCADO CRIMINAL (R\$)	ÍNDICE DE VARIAÇÃO DE PREÇOS (%)	POLÍCIA MILITAR	FORÇAS ARMADAS	POLÍCIA CIVIL
	SUBMETRALHADORA	IMBEL INA	3.033,33	80	POLÍCIA MILITAR		
"9"	SUBMETRALHADORA	BERETTA	4.066,66	80	POLÍCIA MILITAR	FORÇAS ARMADAS	POLÍCIA CIVIL
"9"	PISTOLA	IMBEL	1.033,33	75		FORÇAS ARMADAS	
"9"	SUBMETRALHADORA	TAURUS MT12	5.000	71,4	POLÍCIA MILITAR	FORÇAS ARMADAS	POLÍCIA CIVIL
"9"	SUBMETRALHADORA	UZI	3.333	71,4			POLÍCIA CIVIL
"9"	PISTOLA	TAURUS	1.314	68		FORÇAS ARMADAS	POLÍCIA CIVIL
"40"	PISTOLA	TAURUS	1.600	60	POLÍCIA MILITAR		POLÍCIA CIVIL
"9"	PISTOLA	GLOCK	1.667	60			POLÍCIA CIVIL
"9"	PISTOLA	RUGER	1.325	60			
"9"	PISTOLA	COLT	1.325	60			POLÍCIA CIVIL
"223"	FUZIL	HK	10.000	58,3		FORÇAS ARMADAS	POLÍCIA CIVIL
"223"	FUZIL	AK-47	7.500	58,3			POLÍCIA CIVIL
"5,56"	FUZIL	COLT	9.000	58,3	POLÍCIA MILITAR	FORÇAS ARMADAS	POLÍCIA CIVIL
"223"	FUZIL	FN FAL	7.666,66	50	POLÍCIA MILITAR	FORÇAS ARMADAS	POLÍCIA CIVIL
7,62	FUZIL	IMBEL (FAL)	7.800	50	POLÍCIA MILITAR	FORÇAS ARMADAS	POLÍCIA CIVIL
7,62	FUZIL	AK-47	7.000	50			POLÍCIA CIVIL
38	REVOLVER	TAURUS	388	50	POLÍCIA MILITAR		
"223"	FUZIL	RUGER	4.785,71	33,3			POLÍCIA CIVIL
"9"	PISTOLA	SPRINGFIELD	1.750	28,6			
"5,56"	FUZIL	FAL	8.750	28,6	POLÍCIA MILITAR		POLÍCIA CIVIL
7,62	FUZIL	HK G3	9.375	28,5			POLÍCIA CIVIL
"45 ACP"	PISTOLA	COLT	900	20			POLÍCIA CIVIL
"9"	SUBMETRALHADORA	HK (MP5 e BMP5K, MP7)	5.000	0			POLÍCIA CIVIL

9 ARMAS USADAS 8 ARMAS USADAS 18 ARMAS DE FOGO USADAS

FONTE: www.vivario.org.br.

As armas em que há um maior número de coincidências entre as acauteladas no crime e as utilizadas por uma força policial são as utilizadas pela Polícia Civil. Isto pode ocorrer, não necessariamente porque as armas dessa polícia estejam mais sujeitas a roubo ou desvio do que as armas das outras forças, mas porque as armas que a Polícia Civil utiliza são mais heterogêneas e, entre elas, as utilizadas pelas forças especiais dentro da Polícia Civil são as mais ambicionadas pelo tráfico, por seu poder de fogo, mas também por sua aparência e sofisticação. Estamos falando aqui de armas, muitas delas fuzis, de origem estrangeira, que não são utilizadas por outras forças. Assim, essas armas também são as que podem estar chegando às mãos do tráfico via contrabando. De qualquer forma, chama a atenção que este seja justamente o tipo de arma usada pela Polícia Civil, cuja função é mais investigativa do que repressiva e de confronto, e as que mais coincidem com as armas acauteladas em situação criminal (são 18 coincidências entre as armas dessa força e as acauteladas em crime, contra 9 e 8 da Polícia Militar e das Forças Armadas, respectivamente).

Já no caso das armas utilizadas pela Polícia Militar, a maioria das coincidências encontra-se entre as armas fabricadas no Brasil, muitas delas também de grande poder de fogo, como o Fuzil FAL 7,62 mm, também muito valorizado

pelos traficantes, principalmente por seu poder de fogo e sua durabilidade. Mas também há revólveres *Taurus* e pistolas *Imbel* ou *Taurus*, que são utilizadas por essa força e também são armas apreendidas em crime.

- as armas mais letais que aparecem no mercado criminal são também aquelas utilizadas pelas polícias civil e militar assim como pelas forças armadas do Brasil;
- a maioria delas são provenientes de países estrangeiros;
- as armas usadas pelas forças de segurança, quando aparecem no mercado criminal atingem os maiores índices de variação de preços;
- as porcentagens de armas de fogo acauteladas no crime e que são usadas pelas forças policiais e militares nacionais são as seguintes: 39% dos fuzis, 35% das pistolas, 22% das submetralhadoras e 4% dos revólveres;
- as armas usadas pelas forças de segurança são as mais caras no mercado criminal e coincidem com as que são mais valorizadas nesse mercado.

A venda legal de armas, como já se mencionou, caiu de forma significativa no Brasil e nem por isso a criminalidade diminuiu. O mercado ilegal, ao mesmo tempo, tem crescido assustadoramente. Quase diariamente se lê no noticiário armas de grossos calibres, dignas de guerra, como também de uso restrito das Polícias e Forças Armadas, em poder dos criminosos. Para encarar esse problema, são cruciais medidas repressivas por parte do governo em nossas fronteiras e também internamente. Até porque é através do mercado ilegal – de armas produzidas no exterior – que o narcotráfico se abastece de armamento pesado. A maioria dos crimes esclarecidos é cometida por bandidos reincidentes, que compram armas, obviamente, no mercado clandestino. Hoje, eles são os maiores responsáveis pelo aumento de assaltos, seqüestros e outros crimes violentos com armas de fogo.

Existe um mito que o Brasil é um país onde as armas de fogo estão banalizadas. Não é verdade. Os Estados Unidos, a Noruega, o Canadá, a Finlândia, França, Nova Zelândia, Austrália, Bélgica, Suíça, Itália, Suécia, Espanha e Irlanda são países mais armados do que o Brasil e possuem taxas dez ou vinte vezes menores de crimes. Como explicar a diferença? Neles não existe mercado ilegal?

Não existe a possibilidade de que um proprietário de uma arma legal ser assaltado e sua arma parar na mão de um bandido?

Todos esses países são desenvolvidos ou em desenvolvimento. Possuem polícias mais eficientes. A impunidade é menor e as comunidades são mais organizadas e atuantes. Essa é a diferença fundamental. Por exemplo, a Inglaterra proibiu a venda de armas de fogo em 1997 e existem hoje no país um mercado ilegal estimado em 3 milhões de armas, como noticiou o jornal The Guardian.

A lógica é: proibir estimula o mercado ilegal. A opção é: legalizar, regular e controlar. É preferível o controle do que a ilegalidade.

A maior fabricante de armas curtas do Brasil, a Forjas Taurus, numa decisão cautelosa, não exporta armas para o comércio (mercado civil) do Paraguai desde outubro de 1999, quando descobriu que esse país estava no centro das operações do tráfico de armas e de drogas.

Outra medida que, evidentemente, surtiria efeito, é a melhoria no controle do estoque de armas apreendidas e das adquiridas por empresas de segurança. Há casos relatados pela Polícia de armas que foram apreendidas e depois voltaram às ruas várias vezes.

O controle das armas apreendidas pelas forças policiais são deficientes e não há como responsabilizar o cidadão honesto ou a indústria de armas pela inépcia ou por falhas na guarda dessas armas pela polícia ou pela falta de segurança das empresas de segurança privada. A responsabilidade é da conduta humana e atribuir às armas legais essa responsabilidade é uma acusação leviana. É a mesma lógica hipócrita de querer reduzir os acidentes de trânsito proibindo a fabricação de automóveis.

As armas que também usam as forças de segurança brasileiras têm os maiores índices de variação de preços.

A porcentagem de armas de fogo acauteladas no crime usadas pelas forças de segurança são: 39% fuzis, 35% pistolas, 22% submetralhadoras e 4% revólveres.

Basta analisar cuidadosamente a veracidade das informações apresentadas pelos defensores do desarmamento civil. Segundo a ONG Viva Rio, o “número de armas clandestinas fabricadas no País chega a 20 milhões”.

Conforme dados da Forjas Taurus, em 40 anos, foram fabricadas 10 milhões de armas, sendo que 50% dessa produção foi exportada e outros 50% foram comercializados para as Polícias Civil, Militar e Forças Armadas, como também para

empresas de segurança pública. Ou seja: se essa conta está correta, 10 milhões de armas a mais foram colocadas no mercado ilegal, o que é um absurdo.

Dados obtidos através do Sistema Nacional de Armas (SINARM) indicam que, em 2002, foram apreendidas 73 vezes mais armas do que no ano de 1990. Existem cálculos da Polícia Federal que apontam a presença de cerca de 47 mil armas somente nas favelas cariocas. Os bandidos do Rio, como já foi conferido *in loco* por vários policiais, têm hoje arsenais dignos de guerra.

A pesquisa do ISER que concluiu pela existência de um alto percentual de armas de fabricação nacional entre as armas apreendidas pela polícia no Rio de Janeiro é falha. Ela não indica o motivo pelo qual a arma foi apreendida: uma arma pode ser recolhida por ter registro vencido, porte vencido, não ter registro ou não ter porte. Estão misturadas nesse lote escolhido pela pesquisa armas usadas em crimes e armas apreendidas por motivos burocráticos. Além do mais, se no Brasil são apurados em média apenas 8 % dos crimes violentos, como dizer que as armas de fabricação nacional estão presente nos demais 92% dos crimes não apurados?

A relação entre armas e crimes envolve um longo, antigo e complexo debate. As posições estão, em geral, polarizadas entre os que afirmam haver uma relação de causa e efeito entre a disponibilidade de armas de fogo e índices de criminalidade e os que, no outro extremo, dizem que mais armas representam menos crimes.

Ambas as posições recorrem às estatísticas para comprovar suas teses, em que pese às dificuldades metodológicas existentes. A mais comum delas é a comparação entre o número de armas e o número de homicídios por país (KILLIAS, 1993), embora se saiba que essas estatísticas são muito imprecisas. Por exemplo, certos países estimam o número de armas supondo que existe apenas uma arma por residência, quando, na verdade, essa premissa é mera suposição. Outra dificuldade enfrentada por esse tipo de levantamento é que as pessoas temem revelar a quantidade de armas em suas residências. O problema acentua-se nos países que possuem leis restritivas, pois as pessoas receiam que o governo, de posse das informações, recolha suas armas. Mas, de qualquer modo, apesar da imprecisão das estimativas com relação ao estoque de armas, é a comparação entre a quantidade de armas legais e o número de homicídios o principal argumento utilizado pelos que se opõem à supressão do direito do cidadão civil de comprar e portar uma arma de fogo.

Segundo o diretor da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos da Polícia Civil, delegado Luiz Carlos dos Santos, no domingo foram destruídas 3.419 armas de mão (pistolas e revólveres) e 739 de cano longo (fuzis, espingardas, etc.). Ao contrário do imaginário popular, que ainda vê o maior perigo nas armas longas e estrangeiras, a análise recente que fizemos das informações sobre 224.584 armas ilegais concluiu que 74% são brasileiras, 78% armas de mão e 57% fabricadas pelas brasileiras Taurus e Rossi. As armas usadas pelos que nos assaltam são essas. Ao contrário, as de cano longo são usadas contra a polícia e nas lutas entre quadrilhas. Dados como estes revelam a importância das pesquisas, para que as políticas de segurança pública sejam planejadas em cima da realidade, e não a partir de mitos. Mas como fazer pesquisa, se a polícia do Rio é uma das poucas no país que abre os seus dados aos pesquisadores? Como conhecer a realidade, se as informações sobre comércio de armas, legal e clandestino, ainda são consideradas “segredo de estado”, como na época do regime militar? (BANDEIRA, 2005.)

5.7 TRÁFICO DE ARMAS

No ano de 2002, a polícia do Rio de Janeiro apreendeu 171 fuzis do “narcoexército”. No Brasil, seriam cinco milhões de armas registradas, contra três milhões de armas ilegais, segundo estimativas.

A Polícia Federal, a quem cabe controlar as armas com calibre legal, nem sabe os números exatos. Oficialmente, são 157 milhões no Rio de Janeiro, contra 1,3 milhão em São Paulo. As armas ilegais aumentam 15% ao ano. Estima-se que existam nas favelas do Rio até 60 mil armas.

Segundo a Polícia Civil do Rio de Janeiro, 85% das armas de uso restrito que chegaram ao Estado têm como última escala o Paraguai que não fabrica armas e os 15% restantes, os Estados Unidos.

O dossiê Ação Estratégica contra o crime organizado, da Polícia Civil, revela que em cada dez armas contrabandeadas para o Rio foram adquiridas antes, em negócios legais, por duas “*armerias*” paraguaias, a Agrícola San Felipe e a Perfecta Sami, ambas sediadas na Capital, Assunção.

Entre 1995 a 2003, a polícia apreendeu com traficantes do Rio 338 granadas FMK2; 75 só nos três primeiros meses do ano.

Em Agosto de 1995, o Coronel da Aeronáutica Latino da Silva Fontes foi preso acusado de tráfico de armas. Ele e um portuário, Rubenil Tomaz da Silva, estavam desembarcando um carregamento de 30 mil balas para fuzis na Penha, zona norte do Rio. Rubenil morreu, segundo a polícia, ao reagir à prisão. O coronel foi condenado a oito anos de reclusão, cumpriu três e meio em prisão militar e vive em liberdade condicional (REVISTA ISTO É, 2003).

O sociólogo Antônio Rangel, coordenador do Projeto de Desarmamento do Viva Rio, que examinou 700 mil arquivos da Polícia Civil do Rio e obteve como resultado: das 224.584 armas ilegais apreendidas no Estado entre 1950 e 2001, 84,5% são pistolas e revólveres. O que impressiona é que 80% são *made in Brasil*, 87% fabricadas por uma mesma empresa, o grupo Taurus/Rossi, a maior indústria de armas do País. Também há armas restritas. Entre as 1.556 armas proibidas estão submetralhadoras URU e MT-12, esta última produzida pela Taurus, e fuzis e submetralhadoras INA na Imbel – Indústria de Material Bélico do Brasil, subordinada ao Ministério de Defesa (REVISTA ISTO É, 2003).

Segundo dados da Revista Isto É (2003), uma das formas de contornar um embargo voluntário de vendas de armas brasileiras para o Paraguai, é o seguinte: “elas saem legalmente do Brasil via Miami, Argentina ou outro país e depois voltam ilegalmente pelo Paraguai”, explica o delegado Luis Carlos dos Santos. Não há sinais de envolvimento das fábricas brasileiras, mas a polícia critica os “mecanismos frouxos” de controle de vendas.

A Associação Nacional da Indústria de Armas e Munição; abriga os dois maiores industriais do setor: seu presidente Carlos Murgel, é dono da Gaúcha Taurus, e seu vice Antônio Marcos Moraes Barros, é Diretor Presidente da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), maior fabricante de munição. Taurus e CBC, juntas, doaram R\$ 1,1 milhão para campanhas eleitorais em 2002, estratégia semelhante à NRA, ou Associação Nacional do Rifle, um dos grupos mais influentes dos EUA (REVISTA ISTO É, 2003).

- **Armas legais registradas no país** – são em torno de 5 milhões, sendo somente 1,3 milhão em São Paulo e 157 mil no Rio de Janeiro (Sistema Nacional de Armas da Polícia Federal).
- **Armas ilegais que circulam em todo país** – são aproximadamente 3 milhões (Estimativa Polícia Federal).

- **Armas nas mãos de traficante nas favelas cariocas** – estão entre 40 e 60 mil armas (Estimativa Polícia Civil do Rio de Janeiro).
- **Armas apreendidas no Rio de Janeiro nos últimos anos** – estão em torno de 10 mil (média dos últimos anos) (Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos da Polícia Civil do Rio de Janeiro).
- **Armas apreendidas no Rio de Janeiro nos 3 primeiros meses de 2003** – são no total de 3.822. Nesta proporção serão quase 16 mil até o fim do ano. Sendo que: 85% das armas de uso restrito contrabandeadas para o Rio de Janeiro foram antes vendidas legalmente para o Paraguai e 15% para os EUA; e 80% das armas contrabandeadas para o Rio de Janeiro haviam sido adquiridas antes, em negócios legais, por duas “*armerias*” paraguaias: a “Agrícola San Felipe” e a “*Perfecta Sami*” em Assunção. O total de granadas de mão Argentinas FMK2 apreendidas no Rio entre 1995 e 2003 é de 338. Também 224.584 é o número de armas ilegais apreendidas no Estado do Rio de Janeiro entre 1950 e 2001: 84,5% são armas de porte pistolas e revólveres, 80% são fabricadas no Brasil sendo 87% delas do grupo nacional Taurus / Rossi. (Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos da Polícia Civil do Rio de Janeiro).

5.8 O TRÁFICO DE ARMAS NO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná não possui em seus cadastros configurações de quadrilhas que realizam o contrabando de armas. E isto se dá por dois aspectos:

- a) Grandes lotes de armas cruzam o Estado legalmente em direção ao Paraguai e Argentina, países que não possuem um rígido controle na venda de armamento, sendo que as armas lá comercializadas tornam a entrar em nosso país pelas regiões de fronteiras, as quais são muito extensas dificultando a fiscalização tendo, por exemplo, o lago de Itaipu;
- b) O segundo é quanto à competência para a fiscalização das áreas de fronteira bem como aduanas por onde as armas entram no país, não são de competência direta da PMPR.

É de latente conclusão que o crime de contrabando de armas está correlacionado com o tráfico de drogas, uma vez que as armas são moedas de troca de entorpecentes para produtores de países como a Colômbia, Bolívia. Evidencia-se que muitas das rotas do contrabando de armas coincidem com as rotas do tráfico de entorpecentes. Sendo as principais cidades da rota do tráfico de armas:

- Ponta Porã (MS) – Dourados (MS) - Navarai (MS) ou Itaqui (MS) - Guaíra (PR) – Umuarama (PR) – Maringá (PR) – Londrina (PR) – Ourinhos (SP) – São Paulo (SP);
- Pedro Juan Caballero (Paraguai) - Dourados (MS) - Navarai (MS) ou Itaqui (MS) - Icaraima (PR) - Rondon (PR) - Maringá (PR) - Paranapanema (PR) - Assis (SP) - Marília (SP) - Bauru (SP) - Botucatu (SP) - São Paulo (SP) - São José dos Campos (SP) - Taubaté (SP) - Volta Redonda (RJ) - Rio de Janeiro (RJ);
- Santa Cruz de La Sierra (BOL) Via Férrea – Corumbá (MS). A partir daqui o tráfico ocorre via terrestre – Guaíra (PR) – Cascavel (PR) – Curitiba (PR) – São Paulo (SP) – Rio De Janeiro (RJ);
- Paraguai – Foz do Iguaçu (PR) – Guarapuava (PR) – Curitiba (PR) – São Paulo (SP) – Rio de Janeiro (RJ);
- Pedro Juan Caballero (Paraguai) – Dourados (MS) – Campo Grande (MS) – Norte e Nordeste do País;
- Nestas cidades, o tráfico ocorre para fora do Estado do PR: Paraguai – Foz do Iguaçu – BR 277.

As armas e munições adquiridas pelos narcotraficantes, são transportadas em pequenas quantidades para os demais Estados da Federação por meio de ônibus de transporte de passageiros interestaduais ou veículos de passeio.

6 ARMAS DA POLÍCIA

A Polícia Militar do Paraná passa atualmente por um momento de transição no tocante ao seu armamento, em busca da arma, modelo e calibres ideais para o Policial-Militar Paranaense, a fim de que possam atuar nas diversas frentes de combate ao crime, como estabelece a Constituição Federal Brasileira de 1988 e como é característica histórica dessa força.

Em se tratando de um período de transição, é comum que se perca, mesmo que temporariamente, uma característica muito importante das forças legais que é a padronização do seu armamento e de sua munição.

Através do quadro 1 a seguir, temos uma amostra dessa realidade, apresentando dados do armamento empregado em toda a PMPR, em que se demonstra o quantitativo de armamento e as diversas armas de fogo de dotação da Polícia para fazer frente à criminalidade.

6.1 ESTUDO SOBRE A LETALIDADE COM POLICIAIS NAS AGRESSÕES COM ARMA DE FOGO PELA CRIMINALIDADE

Dentro da atividade operacional da PMPR, um dos aspectos mais importantes a ser considerado é o aumento acentuado nos índices de agressão armada contra policiais-militares de serviço, o qual tem sido um meio cada vez mais freqüente utilizado pela força criminal em desfavor da polícia.

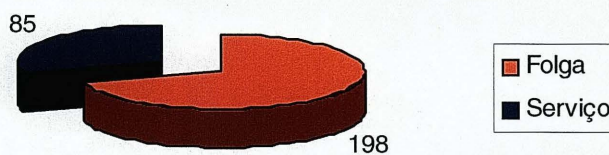
Na atividade-fim do policiamento ostensivo, função constitucional da PMPR, o policial é ferido ou morre em decorrência de sua operacionalidade e de seu preparo ou não diante do enfrentamento com a marginalidade. É preciso que o policial de hoje esteja preparado na sua totalidade, psicológica, física, técnica e taticamente para o embate diário na luta armada contra a criminalidade cada vez mais violenta no Brasil.

Alguns estudos nessa área de letalidade contra policiais de serviço foram brilhantemente demonstrados no trabalho técnico-científico apresentado pelo Cap da PMPR Péricles de Matos (2004), como defesa do referido assunto em curso de aperfeiçoamento outrora realizado. Ficou amplamente visualizado que a arma de

fogo que o policial porta durante o serviço tem imensa importância no momento de um conflito armado contra o marginal, bem como o armamento utilizado por este. Percebe-se, então, que um aprofundado estudo nessa área de confrontos armados entre policiais e marginais é de extremo valor para uma investigação metodológica, assim como para aprofundados estudos de caso e maciças conclusões práticas aos diferentes casos ocorridos.

Observam-se alguns casos demonstrados naquele trabalho, os quais servirão de base para o fortalecimento do presente estudo e para a solidificação de uma conclusão mais próxima da realidade.

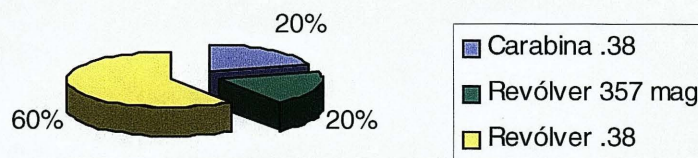
GRÁFICO 2 – TOTAL DE POLICIAIS MORTOS NO BRASIL – PERÍODO DE JANEIRO A JULHO



FONTE: SENASP apud MATOS (2004, p. 6)

Ao recrudescer as ocorrências policiais, aumentam-se os casos de policiais feridos ou mortos na linha de combate ao crime. O crime organizado tem fornecido sua parcela de colaboração, para que o cenário urbano torne-se agressivo através do aporte de armas de fogo de calibres militares e treinamento militar/policial para os prepostos do crime. Do outro lado da linha que divide o crime da Lei, o aparato policial não acordou para o estudo aprofundado da fenomenologia, tão envolvido que está em tentar controlar o crime. Esta postura faz com que os policiais brasileiros busquem táticas de autodefesa em escolas particulares de treinamento, fugindo assim da instrução padronizada. Durante esse estudo, plotou-se mais de dez escolas particulares de treinamento, sendo que oito ofereciam cursos de Sobrevivência Policial e Táticas para Confrontos Armados.

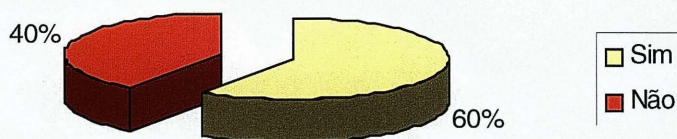
GRÁFICO 3 – QUANTO À ARMA PRIMÁRIA USADA PELO POLICIAL – PM MORTO



FONTE: MATOS (2004, p. 15)

Em dois casos, o policial teve sua arma arrebatada, o que indica falta do domínio de técnicas de retenção de armas. Neste caso, apresenta-se como deficiência de equipamento, o coldre, que não garante a retenção da arma pelo policial. Em uma ocorrência, o policial foi morto pela sua própria arma, o que confirma a situação anterior. O policial usava, na maioria das vezes, como armamento orgânico o Rv. 38 Spl Taurus/Rossi como arma primária e não dispunha de arma secundária.

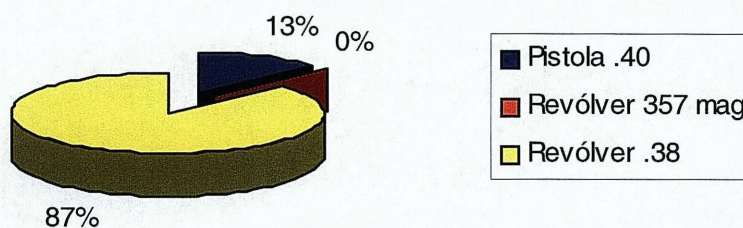
GRÁFICO 4 – QUANTO À PARTICIPAÇÃO EM INSTRUÇÃO PROGRAMADA – PM MORTO



FONTE: MATOS (2004, p. 15)

Na sondagem, o policial detinha o conhecimento sobre o emprego da arma, no caso o Rv. 38 Spl Taurus/Rossi, e estava participando de instrução periódica.

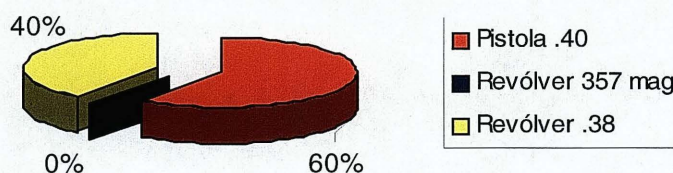
GRÁFICO 5 – QUANTO À ARMA UTILIZADA PELO PM FERIDO



FONTE: MATOS (2004, p. 29)

A arma primária que o policial ferido usava era o revólver 38 Spl Taurus/Rossi, com o aparecimento da Pistola .40 S&W pelos casos apresentados pela Cia P Chq.

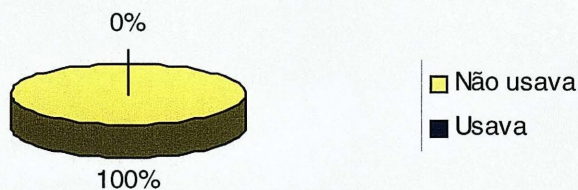
GRÁFICO 6 – QUANTO À ARMA PRINCIPAL USADA PELO PM – PM FERIDO



FONTE: MATOS (2004, p. 42)

A arma primária agora passa a ser a Pst. 40 S&W Taurus, caindo o Rv. 38 Spl Taurus/Rossi para uma condição secundária com 40% dos casos. A arma de apoio passa a ser a Mtr. 40 S&W Taurus.

GRÁFICO 7 – QUANTO À ARMA SECUNDÁRIA UTILIZADA PELO PM – PM FERIDO



FONTE: MATOS (2004, p. 42)

Segundo Matos (2004, p. 33), o policial usava na maioria das vezes como armamento orgânico o Rv .38 Spl Taurus/Rossi e não dispunha de arma secundária. Com relação à técnica de contenção utilizada, o policial na maioria dos casos empregou o estágio da admoestação verbal, submissão física e emprego da arma de fogo. Nesta operação, destaca-se que a fase do emprego da arma alternativa é preterida, pela falta desse tipo de equipamento. Possui limitações de equipamento e armamento, que potencializam a letalidade.

7 DOTAÇÃO DO ARMAMENTO NA PMPR

QUADRO 1 – RESUMO GERAL DE ARMAS EM CARGA GERADO EM 07/10/2005

ESPECIE	MARCA	CALIBRE	TOTAL
REVÓLVER	TAURUS	357	230
PISTOLA	SW	9 mm	1
REVÓLVER	SW	357	1
REVOLVER	ROSSI	380	341
PISTOLA	LLAMA	45	2
FUZIL	MAUZER	762	2
GARRUCHAO	A.A.	600	1
PISTOLA	GLOCK	380	1
PISTOLA	BERETTA	635	2
ESPINGARDA	WINCHESTER	12	1
METRALHADORA	COBRAY	9 mm	1
PISTOLA	COLT	45	1
PISTOLA	BPHLERSTAHL	45	1
METRALHADORA	THOMPSON	45	1
PISTOLA	BERETTA	22	1
PISTOLA	WALTHER	380	1
FUZIL	IMBEL	762	16
PISTOLA	LLAMA	45	5
PISTOLA	COLT	9 mm	1
PISTOLA	JERICHO	9 mm	2
FUZIL	SAVAGE	3000	1
MOSQUETAO	IMBEL	762	757
CARABINA	TAURUS	40	179
ESPINGARDA	ROSSI	12	1
METRALHADORA	HOTCHKISS	9 mm	21
PISTOLA	TAURUS	44	116
CARABINA	ROSSI	357	315
PISTOLA	BROWNING	9 mm	1
PISTOLA	HECKLER KOCH	9 mm	1
REVOLVER	TAURUS	357	1003
PISTOLA	TAURUS	9 mm	130
ESCOPETA	ROSSI	12	87
PISTOLA	BERSA	380	1
METRALHADORA	THOMPSON	762	1
PISTOLA	IMBEL	380	1
PISTOLA	CZOR	9 mm	1
ESPINGARDA	TRUE FLIT	380	21
FUZIL	IMBEL	40	12
ESPINGARDA	G.U.N.	380	8
ESPINGARDA	C.B.C.	12	839
CARABINA	C.B.C.	22	3
CARABINA	H.K.	12	1
ESPINGARDA	G.U.N.	12	2
FUZIL	M.D.	762	2
CARABINA	ROSSI	38	498

Continua

ESPECIE	MARCA	CALIBRE	TOTAL
PISTOLA	H.K.	9	2
REVOLVER	ROSSI	32	1
METRALHADORA	TAURUS	40	66
ESPINGARDA	H.L.STANDART	12	6
FUZIL	SAVAGE	308	1
CARABINA	ROSSI	357	437
METRALHADORA	UZI	9	1
METRALHADORA	INA	9	2
PISTOLA	WALTER	380	1
CARABINA	REMINGTON	22	1
ESPINGARDA	HERSTAL	12	1
CARABINA	WINCHESTER	22	1
FUZIL	COLT	556	1
FUZIL	IMBEL	556	13
ESPINGARDA	BOITO	12	5
PISTOLA	BERETTA	765	1
PISTOLA	TAURUS	765	99
ESCOPETA	C.B.C.	12	7
CARABINA	FIE	22	1
FUZIL	COLT	9	2
REVOLVER	CHARCO	380	1
PISTOLA	TAURUS	40	2684
REVOLVER	ROSSI	357	390
REVOLVER	ROSSI	380	2781
METRALHADORA	F.M.	9	2
REVOLVER	ROSSI	357	1
MOSQUETAO	COMBLEIN	762	6
REVOLVER	TAURUS	380	5639
PISTOLA	TAURUS	380	1
METRALHADORA	TAURUS	9	65
METRALHADORA	THOMPSON	9	3
METRALHADORA	BERETTA	9	82
FUZIL	A.G.K.	762	1
CARABINA	AMERICANA	30	1
REVOLVER	TAURUS	380	130
REVOLVER	SW	380	1
ESPINGARDA	MONSBERG	12	1
PISTOLA	TAURUS	380	3
CARABINA	ROSSI	22	1

FONTE: DAL 4ª seção do EM.

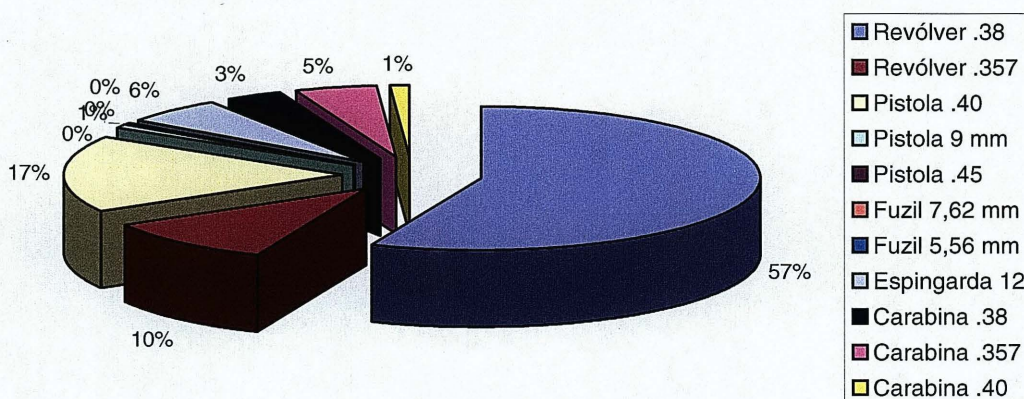
Diante dos dados apresentados no quadro acima, nota-se que o policial ainda esta armado basicamente com o revólver calibre .38, o qual ainda se mantém como padrão da PMPR há várias décadas. Porém, alguns calibres novos estão se incorporando ao arsenal da PMPR. Fato este comprovado pela dotação do armamento, em que se encontram muitos revólveres calibre .357 magnum pistolas

9 mm, bem como o armamento que está se propugnando para toda a força policial do Estado, a pistola calibre .40 S & W.

Algumas armas foram incorporadas ao arsenal da PMPR por doação, fato este que pela nova lei do SINARM está proibido, como é o caso das pistolas calibre .380 e alguns fuzis. Outras, aos poucos vão se tornando obsoletas ou se mostram inadequadas ao uso policial, como os mosquetões calibre 7,62 mm, pistolas calibre 7,65 mm e a maioria dos revólveres antigos.

A população em geral tem conhecimento de que o policial-militar que atua no Estado do Paraná ainda permanece com o velho e conhecido revólver calibre .38 à cinta. Mas, ao se buscar explicações para esse fato, vê-se que o policial se encontra o tempo todo com sua arma exposta, à vista de todos, pelo caráter ostensivo de seu policiamento, sendo o principal item a ser observado e notado no policial pela comunidade.

GRÁFICO 8 – ARMAMENTO UTILIZADO PELA PMPR



FONTE: 4ª Seção do Estado-Maior da PMPR

Outro aspecto que faz com que a sociedade internalize o conceito de polícia pouco equipada, são os constantes noticiários que veiculam os poderosos e modernos equipamentos adquiridos por narcotraficantes e grupos, os quais atuam no crime organizado, notadamente no eixo Rio-São Paulo, assimilando essa imagem que, na verdade, reflete uma realidade que não é a do nosso Estado, mas, no

entanto, preocupa o cidadão comum, por saber que tal criminalidade está chegando rapidamente ao nosso Estado.

A fim de possibilitar uma comparação efetiva entre as amostras de armas apreendidas no cometimento de crimes e as armas em uso na PMPR, foi utilizado como referencial o poder de parada ou "*stopping power*", como fator capaz de expressar a relação entre calibre, munição e arma para incapacitar um oponente com um só disparo.

Para tanto, levou-se em consideração a munição atualmente em uso pela PMPR e, que por diversos fatores como, preço e facilidade de acesso, também são utilizadas pelos criminosos, notadamente, o cartucho calibre .38 com projétil ogival de chumbo.

Numa análise específica, foram levados em consideração os dados referentes ao armamento de baixa frequência de utilização em crimes aqui chamados do cotidiano e os que, por suas características, digam respeito ao crime organizado, apesar de comporem as tabelas como fator demonstrativo.

O poder de parada, a despeito de inúmeras experiências realizadas, é um valor que, graças à individualidade biológica, comum a cada organismo vivo, é relativo, não se podendo afirmar que este ou aquele conjunto arma/munição é eficaz 100% das vezes em que for utilizado, pois cada organismo reage de modo diferente ao ser atingido. O que se pode ter é um parâmetro baseado em estatísticas, como as que se seguem.

Os estudos sobre poder de parada são complexos e envolvem aspectos técnicos dos mais variados como, penetração, velocidade e energia dos diversos tipos de munições existentes no mercado e, com o objetivo de facilitar o entendimento do leigo, foram omitidos a terminologia e outros elementos que para estes possam se configurar como barreira à compreensão do trabalho.

TABELA 4 – PODER DE PARADA DOS CALIBRES MAIS UTILIZADOS

ARMAS/CALIBRE	EFICÁCIA
Revólver .22	30%
Pistola 6,35 mm	23%
Revólver .32	58%
Pistola 7,65 mm	52%
Pistola .380	61%
Revólver .38	65%
Pistola 9 mm	71%
Revólver .357	89%
Pistola .40	93%
Pistola .45	85%

FONTE: Evan P. Marshall *apud* MACHADO (2001, p. 29).

A tabela acima mostra a eficácia de cada um dos calibres utilizados, tanto pela marginalidade quanto pela Polícia Militar. Propositamente, demonstra apenas armas curtas, de porte, tendo em vista que é o que o policial-militar, que executa sua missão constitucional, o policiamento ostensivo, porta.

Será apresentado, em anexo, o quadro de dotação orgânica do armamento utilizado pela PMPR, por Batalhões Operacionais, com destaque para o armamento amplamente utilizado pelos policiais-militares em serviço, observando-se ainda, aquele armamento de “grosso calibre” à disposição das Unidades Operacionais que poderão fazer frente à criminalidade mais violenta.

8 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

8.1 CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (CPC)

A Polícia Militar do Paraná busca incessantemente aprimorar e atualizar dados estatísticos de apreensões de armas efetuadas em todo o Estado. Ainda assim, possui estatísticas que não correspondem à totalidade do armamento criminal, pois aqui são registradas aquelas armas apreendidas em ações ou operações policiais em todo o território paranaense, excluindo-se armas apreendidas pelas delegacias da Polícia Civil de todo o Estado, bem como armas perdidas e não encontradas pelas forças policiais, por se extraviarem com os marginais em ocorrências diversas.

Dentro do policiamento realizado no CPC, as diversas Unidades Operacionais têm-se empenhado em apreender armas nas mãos da criminalidade, buscando a retirada do poder de fogo da marginalidade, de acordo com as características de cada bairro da capital paranaense, bem como do “*modus operandi*” do criminoso, nas inúmeras ocorrências atendidas por policiais-militares em serviço durante o ano todo. Assim, pode-se observar o trabalho realizado pela força policial no tocante a essas ações.

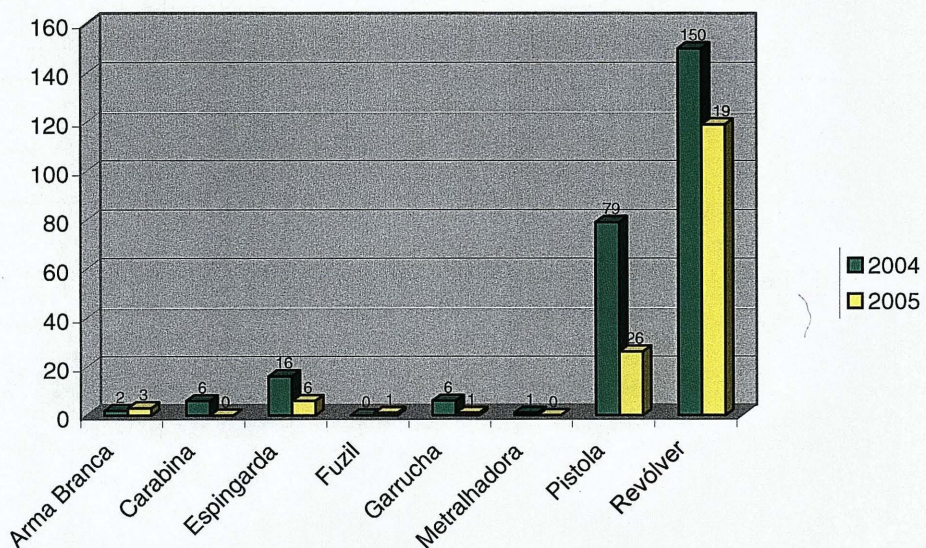
A PMPR possui dados estatísticos das inúmeras apreensões realizadas diariamente em todo o Estado do Paraná sendo, através dessa fonte de números, que foram retiradas as amostras na tabela e nos gráficos abaixo, e que podem representar com clareza e exatidão como está a apreensão de armas hoje, não só em Curitiba e Região Metropolitana, mas no Estado como um todo.

QUADRO 2 – ARMAS APREENDIDAS – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 17º BPM -
PERÍODO 2004 / 2005

MUNICÍPIO	TIPO	ano		Total
		2004	2005	
SÃO JOSE DOS PINHAIS	Revolver	95	73	168
	Espingarda	18	17	35
	Pistola	14	7	21
COLOMBO	Revolver	53	70	123
	Pistola	10	11	21
	Espingarda	6	8	14
ALMIRANTE TAMANDARÉ	Revolver	53	21	74
	Espingarda	12	5	17
	Pistola	9	7	16
ARAUCÁRIA	Revolver	54	28	82
	Pistola	9	5	14
	Espingarda	7	2	9
PINHAIS	Revolver	25	31	56
	Pistola	7	10	17
	Espingarda	2	1	3
PIRAQUARA	Revolver	33	13	46
	Pistola	10		10
	Espingarda	4	1	5
CAMPO LARGO	Revolver	21	11	32
	Espingarda	8	4	12
	Pistola	5	2	7
FAZENDA RIO GRANDE	Revolver	24	17	41
	Espingarda	10	3	13
	Pistola	5	5	10
CAMPINA GRANDE DO SUL	Revolver	15	5	20
	Espingarda	2	2	4
	Pistola	1	2	3
TIJUCAS DO SUL	Espingarda	9	12	21
	Revolver	9	3	12
	Pistola		1	1
ITAPERUÇU	Revolver	8	7	15
	Espingarda	3	1	4
	Pistola	2	1	3
MANDIRITUBA	Revolver	4	8	12
	Espingarda	1	4	5
	Pistola		1	1
RIO BRANCO DO SUL	Revolver	5	7	12
	Espingarda	3	2	5
CERRO AZUL	Revolver	4	5	9
	Espingarda	7		7
	Pistola	1		1
CAMPO MAGRO	Revolver	11	1	12
	Espingarda	4		4
QUATRO BARRAS	Revolver	1	6	7
	Espingarda	2	2	4
CONTENDA	Revolver	3	3	6
	Espingarda	2		2
	Pistola	2		2
BOCAIUVA DO SUL	Revolver	2	1	3
TUNAS DO PARANÁ	Revolver	4		4
	Espingarda	2	1	3
BALSA NOVA	Revolver	1	1	2
	Espingarda	1		1
DOUTOR ULYSSES	Revolver		5	5
	Espingarda		2	2
	Pistola	1		1
ADRIANÓPOLIS	Espingarda	1		1
Total		605	435	1040

Ao analisar os índices do quadro 2, deve-se observar como as Unidades Operacionais de Polícia estão enfrentando a criminalidade armada e violenta, sob o ponto de vista do uso de armas pelo criminoso, para a prática dos diversos delitos na sociedade.

GRÁFICO 9 – TOTAL DE ARMAS APREENDIDAS PELA CIA P CHOQ – CURITIBA E RM



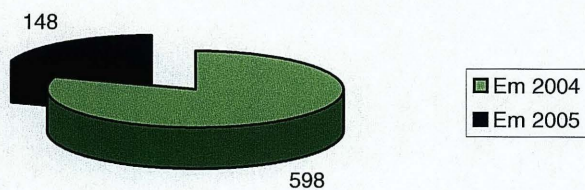
FONTE: CPC/PMPR

GRÁFICO 10 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ARMAS APREENDIDAS NO 17º BPM - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PERÍODO DE 2004/2005



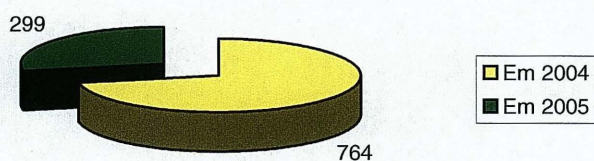
FONTE: CPC/PMPR.

GRÁFICO 11 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ARMAS APREENDIDAS NO 12º BPM - REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA - 2004 E 2005



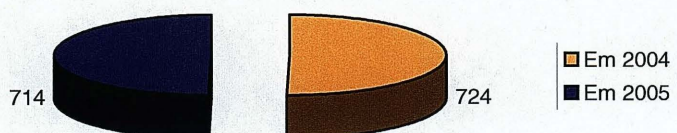
FONTE: CPC/PMPR.

GRÁFICO 12 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ARMAS APREENDIDAS NO 13º BPM - CURITIBA – 2004 E 2005



FONTE: CPC/PMPR.

GRÁFICO 13 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ARMAS APREENDIDAS NO RPMON - CURITIBA - 2004 E 2005



FONTE: CPC/PMPR.

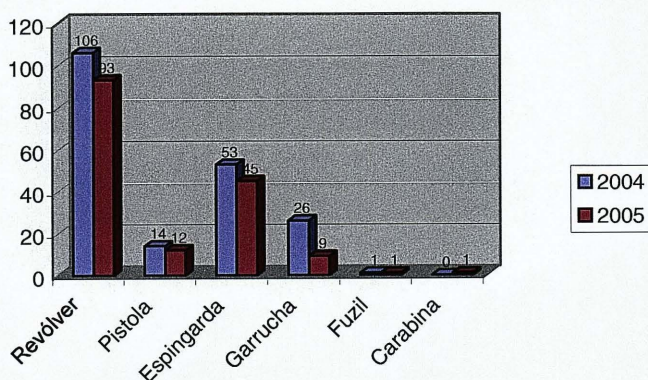
Como se pode observar nos gráficos acima, a criminalidade se utiliza a arma de fogo para perpetrar ações criminosas, fato este plenamente verificado nas ocorrências policiais envolvendo armas, como uma das fontes de recurso mais apropriado para garantir o sucesso da ação delituosa. Pode-se identificar que cada área operacional destes batalhões da capital paranaense possui uma peculiaridade no tocante às armas apreendidas, pois envolve a territorialidade dos bairros de cada OPM, caracterizada pela região, população, condições socioeconômicas, que afeta diretamente os resultados da criminalidade local.

Observa-se, ainda, nas mãos do criminoso, o uso constante de armas de porte, na maioria absoluta das vezes com revólver, de fabricação nacional, com calibre igual ou inferior ao .38, num comparativo com pistolas, que nas devidas proporções, são em menor número.

Outro fator preponderante observado nos gráficos acima é o diferencial que o novo Estatuto do Desarmamento – SINARM levou para a sociedade paranaense, produzindo efeitos na queda do número de armas em circulação nas mãos da marginalidade. Campanhas pró-desarmamento foram seriamente levadas em consideração, como foi o caso do Paraná, gerando resultados positivos para a diminuição considerável, como nos mostra os gráficos comparativos dos anos 2004-2005, de armas de fogo em posse do cidadão.

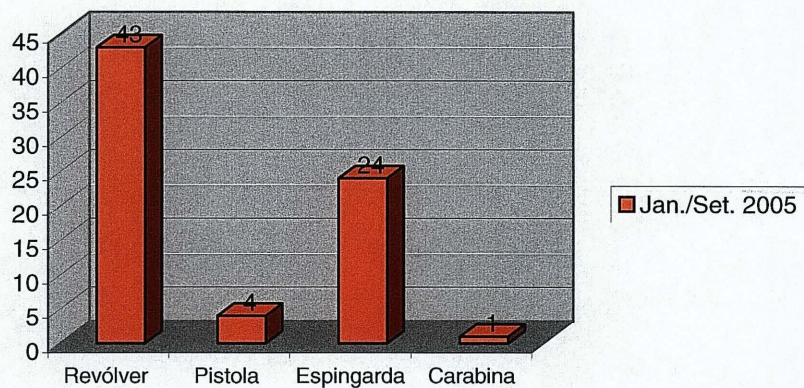
8.2 INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ (CPI)

GRÁFICO 14 – ARMAS APREENDIDAS NO 7º BPM – CRUZEIRO DO OESTE – 2004 E 2005



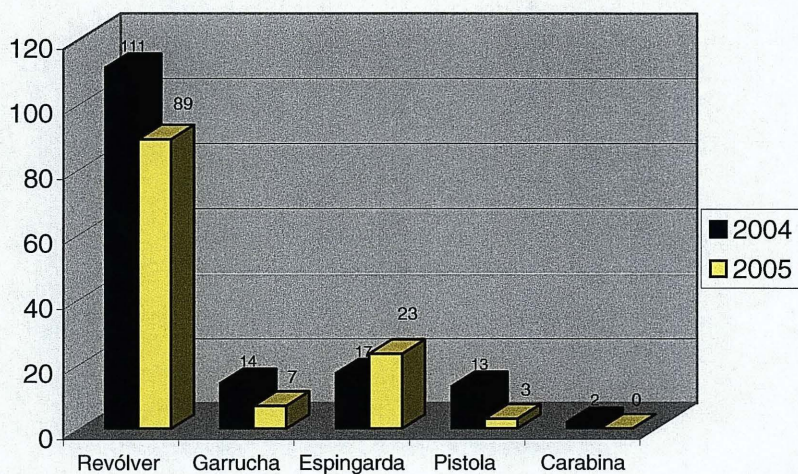
FONTE: P/2 – P/3 do 7º BPM - CPI/PMPR.

GRÁFICO 15 – ARMAS APREENDIDAS NA 2ª CIPM – UNIÃO DA VITÓRIA – 2005



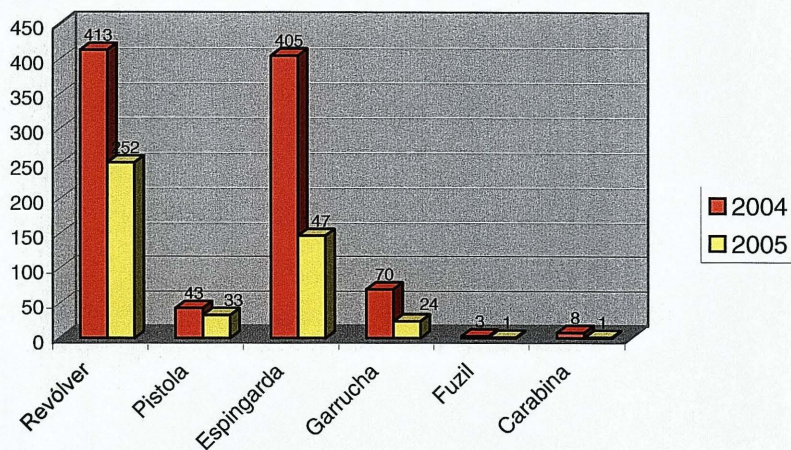
FONTE: P/2 – P/3 da 2ª CIPM - CPI/PMPR.

GRÁFICO 16 – ARMAS APREENDIDAS NO 15º BPM – ROLÂNDIA - 2004 E 2005



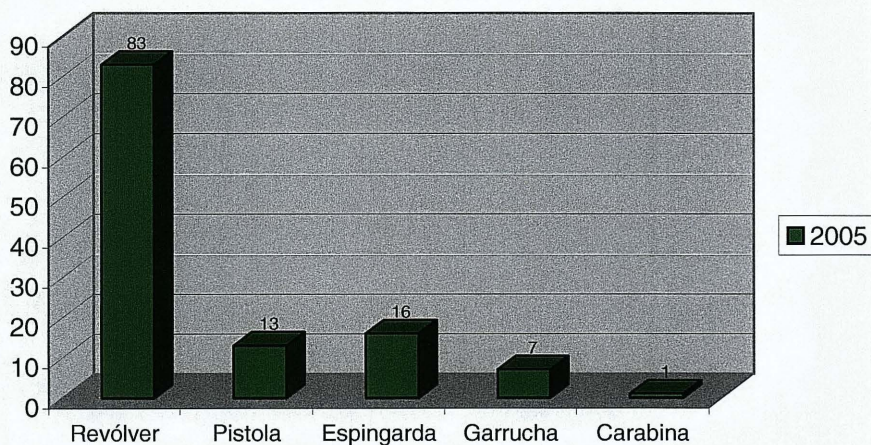
FONTE: P/2 – P/3 do 15º BPM - CPI/PMPR.

GRÁFICO 17 – ARMAS APREENDIDAS NO 3º BPM - PATO BRANCO - 2004 E 2005



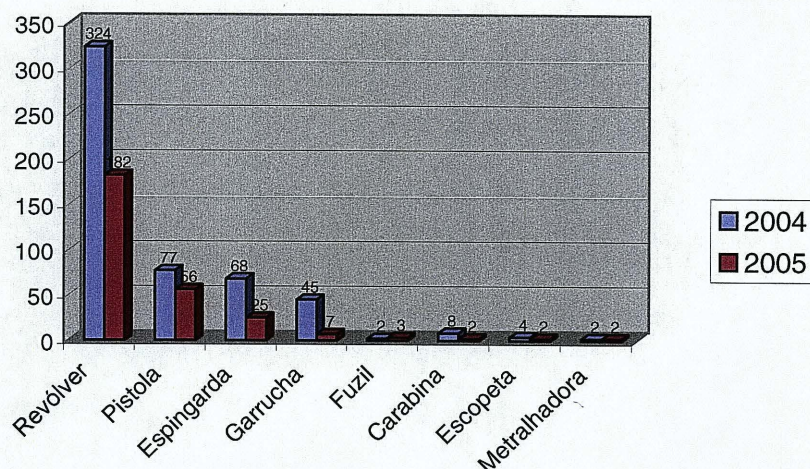
FONTE: P/2 – P/3 do 3º BPM - CPI/PMPR.

GRÁFICO 18 – ARMAS APREENDIDAS NO 9º BPM - PARANAGUÁ 2005



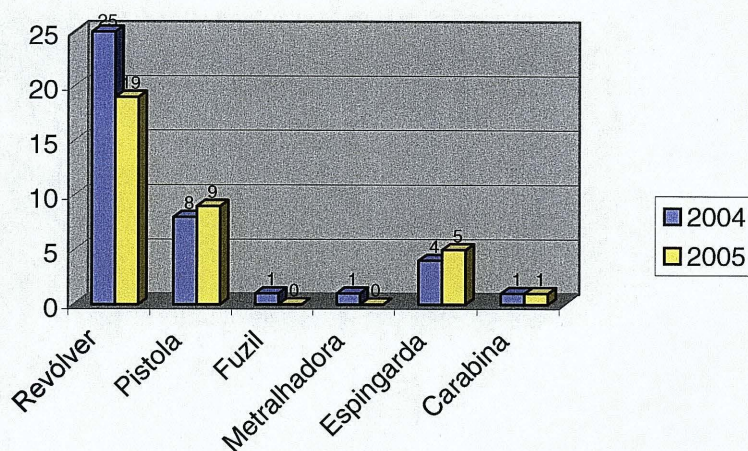
FONTE: P/2 – P/3 do 9º BPM - CPI/PMPR.

GRÁFICO 19 – ARMAS APREENDIDAS NO 14º BPM - FOZ DO IGUAÇU - 2004 E 2005



FONTE: P/2 – P/3 do 14º BPM - CPI/PMPR.

GRÁFICO 20 – ARMAS APREENDIDAS NO BPRv – 2004 E 2005



FONTE: P/2 – P/3 do BPRv CPI/PMPR.

Como se pode observar, algumas Unidades do interior do Estado foram escolhidas para análise dos dados e ratificaram-se as informações gerais de que arma de fogo mais utilizada pelo criminoso é a de porte (especificamente o revólver em vários calibres), variando apenas de região para região a quantidade de espingardas ou pistolas como segunda arma mais apreendida em posse do marginal. Destaque importante são as apreensões de fuzis e algumas armas de grosso calibre em determinadas regiões, o que se entende de que a criminalidade está cada vez mais armada com armas potentes.

9 CONCLUSÃO

Qual a realidade do crime armado no Paraná hoje? Pode-se observar uma pequena parte deste contexto no presente trabalho, em que se verifica quem detém a superioridade no que se referem ao armamento, tendo sido tabulados os tipos de armas e calibres mais usados no cometimento de delitos pelos criminosos e, também, os tipos de armas e calibres utilizados pela PMPR para fazer frente ao conflito armado no Estado.

A intenção desta monografia foi dar uma visão, a mais realista possível, sobre em qual condição estaria hoje a Polícia Militar do Paraná, com respeito ao armamento que possui, ao armamento que está adquirindo e a ser adquirido em curto prazo, para enfrentar o crime armado no Estado. E, também, uma visão das condições em que se encontram os criminosos no tocante ao tipo e frequência de uso de armamentos utilizados em suas ações e, nos confrontos diretos com a Polícia Militar e, enfim, avaliá-los.

As conclusões deste trabalho poderão ser utilizadas como subsídio por aqueles que detêm a responsabilidade de propor ao comando da Polícia Militar os tipos, as quantidades e quem deve portar as armas a serem adquiridas pela Corporação, bem como trazer à realidade as informações divulgadas pela mídia que, de uma forma ou de outra, acabam por incentivar e encorajar as ações delituosas dos criminosos a defrontar-se com as forças legais do Estado.

A maioria das armas ilegais são pequenas e leves e provenientes do mercado legal ou de uma situação de legalidade (saíram de fábricas brasileiras legalmente).

A ilegalidade se alimenta da legalidade via roubo, furto, repasse, revenda, extravio e desvio.

As armas mais letais no mercado criminal são as usadas também pela Polícia Militar, Civil e pelas Forças Armadas Brasileiras. As principais marcas de fuzis são de países estrangeiros, mas os fuzis nacionais ainda ocupam um lugar importante.

As informações obtidas neste trabalho servirão de referencial modesto para orientar comparações entre os diferentes tipos de armamentos utilizados pela criminalidade do Estado do Paraná e pela Polícia Militar do Paraná, bem como

sugerir as principais tendências da modernização do armamento da Corporação Policial Militar, visando à supremacia ante o armamento do crime.

A maioria das armas do crime estão em péssimas condições de uso. Isso se verifica na quase totalidade das apreensões feitas pela polícia. Armas estas que servem apenas para que o marginal possa perpetrar o seu intento delituoso.

As armas policiais, ao contrário, possuem uma padronização de calibre e modelos, bem como os recentes investimentos do governo em adquirir armas novas e de calibre potente, como o caso do calibre .40 S&W, na maioria das armas de utilização policial, como a pistola, a carabina e a submetralhadora, o que as tornam com grande poder de fogo.

Pode-se considerar que, numa análise bem branda ao que se viu nas pesquisas relatadas neste trabalho, o arsenal da força policial-militar do Estado do Paraná está sobrepujando o poderio bélico da criminalidade em nosso território paranaense, pois, nunca uma organização policial deve enfrentar o confronto armado com outra força em inferioridade ou igualdade de condições, mas sim em superioridade de fogo.

A polícia é, muitas vezes, temida pela criminalidade pelo seu poderio bélico diante do confronto, somada ao treinamento constante de seus homens, seja nas condições técnicas diante das adversidades, especificamente no embate armado diante da violenta criminalidade de nossos dias. O fato é que a sociedade muda e, com ela, as organizações também se aprimoram, sejam elas pelo lado do mal ou do bem, ou seja, o crime está buscando se armar cada vez mais com qualidade diante das circunstâncias em que eles se propõem.

Cabe ao organismo policial com um todo ter o enfrentamento adequado e imediato, com treinamento dos seus homens, sensibilizando o apoio político para que sempre esteja balizando com suporte logístico moderno a força policial no combate à criminalidade no Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, A. R. **Chama da Paz**: Rio Sem Armas. Disponível em: www.vivario.org.br. Acesso em: 2005.

BRASIL. As Armas e As Vítimas, **ISER & 7 Letras**, 2005.

BRASIL. **XXVIII Encontro Anual da Anpocs**. A relação entre mercados segmentados, sociabilidade fragmentada e cidadania escassa: as regras de intercâmbio no mercado ilegal de armas de fogo no Rio de Janeiro. M.G., out. 2004. (CD ROM)

LOTT JR, J. R. **Mais Armas, Menos Crimes? Entendendo o Crime e as Leis de Controle de Armas de Fogo**. 1 ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

MACHADO, C. P. (Cap QOPM). **Armas Da Polícia versus Armas Do Crime: A realidade Do Crime com Armas No Paraná**. (monografia). Curitiba, 2001.

MATOS, P. (Cap QOPM). **Letalidade E Morbidade Entre Policiais De Serviço No CPC No Período De 2000 A 2004**. (monografia). Curitiba, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Arquitetura Institucional do SUSP. Capítulo 1 – Controle de Armas de Fogo. Disponível em: http://www.segurançahuman.org.br/susp/nacional/s_arqu_cap1.htm.

MISSE, Michel. **As ligações perigosas**: mercado ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. Em: Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro: Qualificação e Informalidade, IEC, 1997.

MUNIZ, J. J.; MUSUMECI, B. B. S. S. **Mapeamento da vitimização de policiais**. Rio de Janeiro: Unesco - Ministério da Justiça - Iser, 1997.

MUNIZ, J. J., et al. Uso da força e ostensividade na ação policial. Em: Conjuntura Política. **Boletim de Análise**, n. 6, Departamento de Ciência Política, UFMG, p. 22-26, abr. 1999.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**. Cultura do cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado). Iuperj / Rio de Janeiro, 1999.

REVISTA ISTO É, n. 1763, 16 jul. 2003.

RIVERO S., P. **Escolhendo entre fragmentos**: qual trabalho seria melhor sendo eu...? Os processos de informalização do trabalho no Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado). Iuperj / Rio de Janeiro, 2000.

RIVERO, P. **Brasil**: as armas e as vítimas. ISER / IUPERJ. Disponível em: www.vivario.org.br. Acesso em: 2005.

SANTOS, W. G. dos. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SMALL, Arm Survey. **Rights at Risk**, Graduate Institute of International Studies.
Geneva: Press. Oxford, 2004.